



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória



PRODUTO 2.2
METODOLOGIA DE TRABALHO



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente

ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

JOSE EDMIR MIRO GASPARG FALKEMBACK Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa

LUIZ ANTONIO XAVIER DA SILVEIRA Coordenador de ER RMC e Litoral

JOSÉ FERNANDO DILLENBURG Coordenador ER Cascavel

CELSON CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava

ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

Prefeito

HILTON SANTIN ROVEDA

Vice Prefeito

BACHIR ABBAS

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 13/2020 (5691)

REF.: CONCORRÊNCIA NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 01/2019



Junho / 2020



APRESENTAÇÃO

O presente documento, Produto 2.2, contempla a Metodologia de Trabalho, 1ª Fase da Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, relativa à Mobilização. Define, justifica e apresenta os métodos e técnicas a serem adotados para a execução das atividades e eventos previstos para essa revisão. Tais atividades e eventos decorrem do Contrato de Prestação de Serviços contrato nº 13/2012020 (5691), celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda e a Prefeitura Municipal de União da Vitória. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Concorrência na modalidade Técnica e Preço nº 01/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE SIGLAS	7
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.....	9
INTRODUÇÃO	11
1. METODOLOGIA DO PLANO DIRETOR DE 2012-PDM 2008.....	11
2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	12
2.1. Sustentabilidade	12
2.2. Participação Social e Governança Pública.....	14
2.3. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.	15
2.4. Integração e Desenvolvimento Regional	15
3. METODOLOGIAS DAS ATIVIDADES TÉCNICAS.....	16
3.1. Planejamento Territorial	16
3.1.1 Antecedentes.....	16
3.1.2 As Agendas de Desenvolvimento Territorial- ADT	17
3.2. Gerenciamento de Projetos	18
3.3. Análises territoriais por microdados	19
3.4. Metodologia de Compatibilização.....	20
3.4.1. Objetivo	20
3.4.2. Método da Matriz de Compatibilização	21
3.5. Método do Crivo	23
3.6. Métodos de Reserva Fundiária para Desenvolvimento Urbano.....	24
3.7. Gestão Financeira	25
3.8. Cronograma das Atividades Técnicas	26
4. METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO.....	27
4.1. Premissas Metodológicas da Participação.....	28

4.2. Principais Agentes Envolvidos	29
4.2.1. Agente Executor.....	30
4.2.2. Agente Legitimador	30
4.2.3. Agente Técnico	31
4.3. Metodologia Participativa.....	33
4.3.1. Grupos Focais.....	34
4.3.2. Questionário	Erro! Indicador não definido.
4.4. Eventos Participativos.....	36
4.4.1. Audiências Públicas.....	36
4.4.2. Oficinas de “Leitura Comunitária”	39
4.4.3. Conferência.....	41
4.5. Divulgação e Comunicação.....	42
4.5.1. Página na Internet	42
4.5.2. Imprensa e Publicidade.....	42
4.6. Planejamento das Reuniões Técnicas	43
4.6.1. Reuniões Técnicas com a ETM	43
4.6.2. Reuniões Técnicas com a ETM e o CDMUV	44
4.6.3. Oficinas de “Leitura Técnica”	45
4.6.4. Relatório de Comprovação da Mobilização Social	46
4.6.5. Coleta de Dados e Informações	47
4.7. Cronograma de Reuniões locais	47
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	52

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PLANOS SETORIAIS DE União da Vitória.....	20
FIGURA 2: QUADRO DE ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE PERTINÊNCIA DAS AÇÕES DO PAI-PDM 2008.....	22
FIGURA 3: QUADRO DE ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE EFETIVAÇÃO DO PAI-PDM 2008.....	22
FIGURA 4: ESTRUTURA DA MATRIZ DE COMPATIBILIDADE ENTRE AS AÇÕES PREVISTAS NO PAI-PDM 2008 X PHIS 2013	23
FIGURA 5: ESQUEMA ETAPAS METODOLOGIA DE COMPATIBILIZAÇÃO	23
FIGURA 6: ORGANOGRAMA E FLUXOS ENTRE OS AGENTES	29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PLANEJAMENTO DAS ENTREGAS DE PRODUTOS.....	26
QUADRO 2: MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL.....	30
QUADRO 3: MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	31
QUADRO 4: MEMBROS DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	31
QUADRO 5: ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA	32
QUADRO 6: FORMA DE DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS PARTICIPATIVOS	43
QUADRO 7: PLANEJAMENTO DAS VIAGENS.....	47

LISTA DE SIGLAS

ADT	Agenda de Desenvolvimento Territorial
AEAVI	Associação do Engenheiros e Arquitetos de União da Vitória
AMP	Associação dos Municípios do Paraná
APL	Arranjo Produtivo Local
C	Compatível
CQNUMC	Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CDMUV	Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória
CDP	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CQNUMC	Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CORECON	Conselho Regional de Economia
CORPRERI	Conselho Regional Permanente de Prevenção contra as Cheias do Rio Iguaçu
CP	Compatível Parcialmente
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
ETM	Equipe Técnica Municipal
GA	Grupo de Acompanhamento
GTZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit</i>



IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei de Orçamento Anual
NAU	Nova Agenda Urbana
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OLT	Oficina de Leitura Técnica
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Plano de Ações e Investimentos
PDM	Plano Diretor Municipal
PDM 2008	Plano Diretor Municipal de 2008
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PMAU	Plano Municipal de Arborização Urbana
PME	Plano Municipal de Educação
PMS	Plano Municipal de Saúde
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PPA	Plano Plurianual
RL	Reunião Local
RTC	Reunião Técnica de Capacitação
RTP	Reunião Técnica Preparatória
S/R	Sem Relação
SIG	Sistema de Informações Geográficas
ZOPP	<i>Zielorientierte Projektplanung</i>

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

COORDENAÇÃO GERAL

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

COORDENAÇÃO TÉCNICA

LETICIA PERET ANTUNES HARDT

Arquiteta e Urbanista CAU A3137-2

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

DIOGO CORTOPASSI LOBO

Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D

HELDER RAFAEL NOCKO

Engenheiro Ambiental CREA/PR 86285/D

FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

Geógrafo, CREA/PR 27916/D

ANA PAULA WOSNIAK

Geóloga, CREA/PR 30050/D

MICHELLI GONÇALVES STUMM

Economista, CORECON 8551

BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO

Advogado, OAB/PR 48641

DENISON BARCICK ALVES

Administrador CRA/PR 20-31109

MARIA DAS GRAÇAS MÁFIA ARAÚJO

Cientista Social

GIORDANA ELAINE BALAO

Representante Local e Facilitadora

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH

Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI

Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2

BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA

Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

RENATA SATIKO AKIYAMA

Arquiteta e Urbanista CAU A38243-4

CRISTINA HARUMI WASHIMI

Arquiteta e Urbanista

EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS

Administrativo / Financeiro

ALBERTO LOPES DAL'OSTO

Administrativo / Logística

MARIANE BASTOS DE LIMA

Acadêmica em arquitetura

WANDERSON SCHMIDT AMARAL

Acadêmico em arquitetura



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Instituída pelo **DECRETO Nº 111/2021**, de 04 de fevereiro de 2021

COORDENAÇÃO

ANDRÉ OTTO HOCHSTEIN

Secretário Municipal de Planejamento,
CREA/PR 177183/D

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

ALFEU DOS SANTOS JUNIOR

MARIA EDUARDA NEDOCHEKTO

WILSON BALARDINI

ANTONIO OSCAR NHOATTO

CÉSAR AUGUSTO STRAPASSOLA

Coordenador de Planejamento Urbano
Supervisora de Aplicação do Plano Diretor
Chefe do Cadastro Técnico Imobiliário
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Secretário Municipal de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

JONATHAN ECKS

RICARDO HENRIQUE CAMARGO OLISKOWSKI

Geólogo
Advogado

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

ADY DE LIMA

CRISTIANO TCHUVAIFF

GILDA BOTÃO Arquiteta

MARLI OANIESKI

PAULA FERSCH

PAULO PANACIONI

Conselho de Desenvolvimento Rural
Conselho de Desenvolvimento Rural
Conselho de Desenvolvimento Urbano
Diretora de Assistência Social
Conselho de Desenvolvimento Rural
Conselho de Desenvolvimento Urbano

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Instituída pelo **DECRETO Nº 186/2020**, de 27 de abril de 2020

ARAMIS AYRES DOMIT

LUCIANO EDINEI KARPOVISCH

DAGO ALFREDO WOEHL

MARIO VICENTE PEDROSO

AEAVI

CDL

SEC – CORPRERI

CRECI

INTRODUÇÃO

A revisão do Plano Diretor de União da Vitória de 2008, aprovado em 2012 - PDM 2008 está organizada em quatro fases, a saber:

FASE 01 - MOBILIZAÇÃO

FASE 02 - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

FASE 03 - DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

FASE 04 - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

Cada fase requer metodologia(s) específica(s), de acordo com sua natureza, descritas a seguir. Como se trata de uma revisão, é essencial partir da análise do PDM 2008 e as metodologias ali utilizadas e, principalmente, das diretrizes e ações preconizadas e sua efetivação decorridos 12 anos da sua execução.

As metodologias a serem utilizadas na presente revisão, incluem prioritariamente a participação da Equipe Técnica Municipal (ETM), do Grupo de Acompanhamento (GA), do Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória (CDMUV) e da sociedade civil, na medida em que *“a participação é um processo por meio do qual os indivíduos e as instituições afetadas por iniciativas de desenvolvimento podem influenciar a tomada de decisões e a alocação dos recursos relacionados a essas iniciativas”*¹. A participação também é o exercício do direito que todo cidadão possui de se manifestar quanto ao planejamento e as medidas que direta e indiretamente afetarão a sua vida.

1. METODOLOGIA DO PLANO DIRETOR DE 2012-PDM 2008

A metodologia adotada para o desenvolvimento da Análise Temática Integrada no PDM 2008 envolve técnicas distintas, voltadas à identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades do município.

As metodologias CDP - Condicionantes Deficiências e Potencialidades e ZOPP - *Zielorientierte Projektplanung*², aplicada após a definição do ciclo de projetos, foram desenvolvidas na Alemanha, pela Agência de Cooperação Técnica Alemã GTZ - *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*³, que é uma empresa pública alemã, criada em 1974, com o objetivo de gerenciar projetos de cooperação técnica.

A metodologia ZOPP é aplicada em fase posterior à elaboração dos planos, pois é voltada ao gerenciamento de projetos, ou seja, das ações que integram o Plano de Ações e Investimento

¹ Seção VI do *Resource Book on Participation*, publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

² Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos - Tradução Tese Tecnologia

³ Agência de Cooperação Técnica Alemã - Idem

decorrentes do Plano Diretor (PAI). Esta metodologia não foi prevista no PDM 2008, o que seria desejável, face à sua integração à CDP. Ou seja, a implementação do PDM não foi gerenciada através deste ou de outro instrumento de controle.

A metodologia CDP consiste numa sistemática de organização de dados, que são classificados em três categorias: Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. É uma das formas de diagnosticar áreas urbanas e rurais dando maior facilidade de visualização dos dados e sendo bastante eficaz para se definir estratégias de ação e estabelecer áreas prioritárias de ação.

Meurer e Vieira (2010, p. 9) definem essa terminologia da CDP como: “Condicionantes - Elementos existentes ou projetados que não podem ou não devam ser alterados; Deficiências - Elementos que representam problemas que devem ser solucionados e Potencialidades - Elementos que podem ser aproveitados para melhorar a qualidade de vida da cidade”.

Através das análises dos dados levantados e classificados de acordo com essa metodologia foi possível traçar o diagnóstico da realidade municipal de então, identificando áreas de ação e suas prioridades.

A literatura existente sobre a metodologia CDP é muito restrita. Pelo que se depreende da leitura de suas aplicações, ela é voltada para categorizar as distintas variáveis que constituem um determinado contexto, de forma a propiciar a resposta a demandas específicas em termos de planejamento. Não se trata de um método analítico e sim uma ferramenta de sistematização.

Neste contexto, será analisada uma das componentes da CDP do PDM 2008, as Deficiências, pois as demais necessariamente se modificaram nesses doze anos, em função da dinâmica urbana, pela qual passou o município. O objetivo desta análise é incorporar às diretrizes da presente revisão (Produto 2.19) e às propostas (Produto 2.20), soluções e ações para as áreas que ainda apresentam as mesmas deficiências, associadas às demais, advindas da presente revisão.

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

As metodologias a serem adotadas na presente revisão, estão alicerçadas em princípios fundamentais subjacentes ao desenvolvimento das atividades em suas distintas fases, que são os seguintes: *i* Sustentabilidade; *ii* Participação Social e Governança Pública; *iii* Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; e *iiii* Integração e Desenvolvimento Regional, advindos das diretrizes da política urbana dispostas no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

2.1. Sustentabilidade

O documento final dos estudos elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1983, para

abordar o tema da sustentabilidade denominou-se “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”. Publicado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

O Relatório Brundtland definiu estratégias para o crescimento econômico e social, evitando a degradação e exploração exagerada dos recursos naturais. Na sequência, a Conferência Rio-92 ou “Cúpula da Terra”, com a participação de 179 países, o desenvolvimento sustentável foi colocado, pela primeira vez, na agenda pública, que adotou um plano estratégico de ação internacional para orientar um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, conhecido como a Agenda 21 Global (ONU 1992).

Nos anos seguintes os princípios do desenvolvimento Sustentável foram tratados em muitas conferências da ONU, até que em 2012, novamente no Rio de Janeiro, ocorreu a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, na qual o conceito tornou-se uma agenda prioritária da ONU.

Em 2015, os 193 países membros das Nações Unidas adotaram uma nova política global: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que estabeleceu 169 metas reunidas em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, que focam a conquista de uma vida com dignidade e com oportunidades para todos até o ano de 2030 (ONU, 2015).

A seguir, em 2016, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), reconhecendo a importância da Agenda 2030 para o desenvolvimento municipal, publicou o Guia para Localização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros e, em 2017, o Guia para Integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros.

Outra iniciativa relativa ao tema “*sustentabilidade*”, a Nova Agenda Urbana (NAU) assinada durante a Habitat III⁴, em outubro de 2017 por 170 países, constitui um quadro de ação global que irá transformar a estratégia de urbanização sustentável das Nações Unidas nos próximos vinte anos.

Documento extenso, com 175 itens, muitos com significados semelhantes, e uma linguagem diplomática, a Nova Agenda Urbana apresenta uma mudança de paradigma na ciência das cidades e estabelece padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhora das áreas urbanas, ao longo de cinco pilares de implantação: *i* políticas nacionais urbanas; *ii* legislação e regulação urbanas; *iii* planejamento e desenho urbano; *iv* economia local e finança municipal; e *v* implantação local (ONU, 2017).

A Nova Agenda Urbana “*estabelece, também, uma visão de longo prazo, integrada e centrada nas pessoas, alinhada com os ODS e o Acordo de Paris*”, no âmbito do Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) de 2015, dialogando especialmente com o ODS

⁴ Conferência da ONU para a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável que aconteceu na cidade de Quito.

11, que busca “*tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*”. O Acordo de Paris é um compromisso mundial sobre as alterações climáticas e prevê metas para a redução da emissão de gases do efeito estufa⁵.

O Estado do Paraná criou um projeto para implementar a Agenda 30, denominado “Projeto Agenda 2030 ODS-PR”, que tem por objetivo:

“inserir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em setembro de 2015 na Cúpula das Nações Unidas como instrumento prioritário do planejamento de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento do Estado do Paraná, com visão de longo prazo, conferindo uniformidade e integração das ações do Estado com os projetos desenvolvidos pelos diversos segmentos da sociedade paranaense, alinhados em indicadores, metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS” (AMP, 2017)

Este projeto possui termo de adesão, assinado em 21 de setembro de 2018, pelo município de União da Vitória, dentre outros municípios paranaenses.

A Sustentabilidade é, portanto, o alicerce para os objetivos da presente Revisão do PDM 2008, a serem detalhados no Produto 2.18 da Parte 3 da 2ª Fase da presente revisão.

2.2. Participação Social e Governança Pública

O segundo princípio que embasa o desenvolvimento da presente revisão do PDM 2008, é o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que determinou, como requisito legal obrigatório para os Planos Diretores, a adoção de estratégias que promovam a Participação Social e Governança Pública nos processos de elaboração, execução, implementação e monitoramento das diversas políticas públicas conduzidas pela Administração Municipal, em especial as iniciativas voltadas ao Planejamento e Desenvolvimento Urbano, ao ressaltar que:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...) II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (BRASIL, 2001)

Em linhas gerais estabelece o comprometimento da Governança Pública, quanto aos princípios de efetividade, transparência, prestação de contas, corresponsabilidade, participação, equidade, conformidade legal e integridade/ética, garantindo a prioridade do

⁵ Acordo-de-Paris.pdf. naçõesunidas.org

interesse público e potencializando a capacidade gerencial na implementação das políticas públicas (OLIVEIRA; PISA, 2015).

2.3. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização

Quanto ao presente item relativo aos princípios que embasam o desenvolvimento da presente revisão, também disposto no Estatuto da Cidade, inciso IX, do artigo 2º, trata da “justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização” como diretriz geral da Política Urbana (Estatuto da Cidade, 2001). Oliveira, também reforça que, através desta diretriz:

(...) busca-se a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público, superando a situação atual, com concentração de investimentos em determinadas áreas da cidade, enquanto sobre outras recaem apenas os ônus. Em geral, estas áreas, onde já não se realizavam investimentos, coincidem com os setores urbanos ocupados pela população pobre, que permanecem, muitas vezes, ‘abandonadas’ pelo poder público. (OLIVEIRA, 2001)

Esta Diretriz ressalta a necessidade de considerar e enfrentar as desigualdades históricas, em especial aquelas causadas ao longo do processo de urbanização, através de ações do Poder Público. Para tanto, o município deve usar instrumentos urbanísticos para orientar o planejamento municipal, visando o princípio da equidade no âmbito do desenvolvimento local.

2.4. Integração e Desenvolvimento Regional

Outro aspecto essencial na identificação dos fatores que condicionam e/ou potencializam o desenvolvimento municipal é sua inserção regional (Guia de Elaboração para o Plano Diretor Participativo - BRASIL, 2004). Corroborando com tal diretriz, a Confederação Nacional dos Municípios (2006), sugere a elaboração do mapa de inserção regional para visualizar e analisar a relação do município com o território da sua área de influência.

Trata-se de um recorte territorial mais amplo do que os limites do município, que possibilita a análise de interconexões e de fluxos materiais e imateriais. Através da análise regionalizada é possível identificar o conjunto produtivo, social e político do entorno, estabelecendo a articulação socioespacial da rede urbana municipal envolvida.

Na qualidade unidade territorial e administrativa situada dentro do estado do Paraná, União da Vitória possui estreita relação com os municípios vizinhos de Santa Catarina. Sua integração territorial à cidade de Porto União e proximidade com Paula Freitas e Porto Vitória, tornam a análise de inserção regional item indispensável ao planejamento municipal.

Essa análise dar-se-á através da avaliação da adequação do sistema viário regional; da avaliação da situação da aglomeração urbana de União da Vitória e Porto União nos mais diversos aspectos: meio ambiente, saneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, transporte coletivo, saúde, educação, dentre outros; e da avaliação da situação da posição regional do município e será abordada nos produtos 2.12 e 2.13 da segunda parte da 2ª Fase, da presente revisão. Visa principalmente indicar locais apropriados para receber investimentos em diversos segmentos como urbanização, empreendimentos imobiliários, empreendimentos industriais, e nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, turismo, dentre outras, com ênfase regional.

3. METODOLOGIAS DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

São propostos métodos e técnicas a serem utilizados na revisão do PDM 2008 quanto às atividades técnicas abrangendo as quatro fases dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Adotou-se, o planejamento territorial como premissa para o desenvolvimento dos trabalhos, através do qual, a cultura local é fator determinante para estabelecer uma Agenda de Desenvolvimento Territorial pertinente a cada território da cultura urbana municipal.

Um aspecto importante a ser considerado nesta revisão é a sua compatibilização com os planos setoriais já desenvolvidos e aprovados, como o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2013), o Plano Local de Habitação (PLHIS, 2013), e Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU, 2016). Como geralmente esses planos são desenvolvidos isoladamente e em épocas posteriores ao PDM 2008, podem resultar em estratégias, diretrizes e ações distintas e até mesmo conflitantes para o mesmo território, estabelecidas pelo PDM 2008. Essas possíveis distorções devem ser identificadas e compatibilizadas no âmbito da presente revisão. Para tanto, foi elaborada a “Metodologia de Compatibilização”, com vistas a identificar e avaliar as diretrizes dos planos setoriais, detalhada no **ITEM 3.4** a seguir, associada ao status da execução dos programas e ações definidas no PDM 2008.

3.1. Planejamento Territorial

3.1.1 Antecedentes

No Século XX ocorreram mudanças paradigmáticas, advindas do conceito e das práticas de ordenamento territorial e a função do Estado no planejamento, onde esse assume um caráter estratégico e mediador. Trata-se de compreender como as culturas de territórios interferem nas práticas governamentais associadas ao ordenamento territorial. O Estado passa a ter a característica de mediador de conflitos e interesses. Este conceito aponta para a necessidade crescente de criação de estratégias para a forma de pensar o espaço com racionalidade. Contudo, para qualquer visão prospectiva de ordenamento, a compreensão de suas práticas

passadas, em outros contextos históricos, torna-se importante elemento para se progredir, quanto ao ordenamento territorial do futuro das cidades.

O estudo da cultura local se faz necessário, tendo em vista que estruturas são desconstruídas ou as realidades modificadas em função das particularidades locais que guardam sinergia com o planejamento territorial: tradições, hábitos sociais, costumes, quadros constitucionais e legais específicos, além de diferentes estruturas de governança. Nessa medida, o desafio é desenvolver estudos comparativos das culturas de ordenamento territorial, abordando as particularidades culturais dos territórios e de seus elementos basilares. Esses estudos, no âmbito da presente revisão, referem-se ao PDM 2008 e ao interstício até 2020.

O pressuposto territorial das políticas setoriais é central para a redução das desigualdades contribuindo para o desenvolvimento, através de programas e ações voltados a todos, como os programas habitacionais, a interiorização da educação com a oferta dos níveis de ensino compatíveis com as demandas do desenvolvimento. São forjados com base no reconhecimento das desigualdades sociais que impactam vida urbana e a definição dos projetos prioritários, que envolvem, em maior ou menor grau, os demais entes governamentais, em especial a educação, e nela, um ponto crítico, que é a compartimentação do ensino fundamental.

3.1.2 As Agendas de Desenvolvimento Territorial - ADT

Para que seja considerada o novo ambiente econômico e político de condução do planejamento, dos investimentos e do papel do Estado, a estratégia do planejamento na dimensão territorial incorpora os avanços das políticas públicas de combate à pobreza, de provisão de infraestrutura, de habitação e da ampliação dos serviços de saúde e educação, tem se mostrado eficiente, através de Agendas de Desenvolvimento Territorial- ADT⁶, que associam os ODS aos territórios específicos. Pautam-se pelos objetivos de fortalecimento dos diálogos institucional e econômico e o reconhecimento das dinâmicas e estratégias em curso nos territórios como base para a proposição de agendas de desenvolvimento comum aos entes governamentais e de fortalecimento da participação da sociedade. Representam o esforço de inserir a dimensão territorial no planejamento. O processo parte da identificação de complementaridades e convergências entre as estratégias construídas de baixo para cima e aquelas construídas de cima para baixo, em relação aos distintos territórios. Segundo Esther Bemerguy de Albuquerque e Leandro Freitas Couto:

“A carteira de investimentos planejada e em execução pelos governos federais bem como os investimentos constantes nas carteiras dos governos estaduais e municipais seguem, na maioria das vezes, as lógicas territoriais de cada setor e ensejam dinâmicas econômicas e sociais nos territórios que precisam ser analisadas em conjunto”(Bemerguy e Couto, p. 255).

⁶ <https://humanasustentavel.com/territorio-ods-agenda-2030-para-territorios/>

Conforme complementam os autores, a articulação em torno das ADTs permite maior clareza sobre essas estratégias e agrega qualidade no exercício permanente do planejamento público, com a incorporação dos múltiplos recortes que orientam a tomada de decisão e a ação dos municípios.

“Não há, assim, seleção a priori de recortes territoriais que serão objetos da ADT. Por definição, ela é aplicável a vários recortes e escalas possíveis. A constituição de uma ADT estará subordinada à identificação de convergências entre as estratégias postas em marcha pelos entes federados nos territórios, a partir do que se definirá como os espaços de atuação e as políticas que serão objeto de monitoramento compartilhado”. (Bemerguy e Couto, pag 255)

A adoção das ADTs requer a ampliação da participação social no processo de elaboração e monitoramento do PDM. Em União da Vitória, face às suas condições territoriais, novos atores podem se revelar importantes no processo. Os consórcios municipais, são exemplos que, por conceberem a promoção do desenvolvimento territorial de forma regionalizada, refletem uma dinâmica social, política e institucional com caráter que não se sobrepõe às regionalizações institucionalizadas. Desta condição podem advir agendas territoriais (ADTs) que extrapolam o limite municipal. Assim, o PDM de União da Vitória passa a ser o elemento norteador e aglutinador das ADTs regionais.

Assim sendo e conforme o especificado para os Produtos 2.1.2 e 2.13, da parte 3 da 2ª Fase da presente revisão, através das ADTs relativas à aglomeração urbana intermunicipal, nos aspectos, como meio ambiente e saneamento, estratégias urbanas/regionais, para o convívio harmônico entre os municípios, o PDM indica os locais mais apropriados para receber investimentos.

Neste contexto é importante identificar as convergências, complementaridades e divergências entre as intervenções e regulamentações afetas ao território, quanto ao uso e ocupação do solo, em relação à sua aptidão e, em especial, aos aspectos ambientais relativos às enchentes, ponto crítico para o desenvolvimento da região.

3.2. Gerenciamento de Projetos

Este modelo é um guia para gestão mais eficiente de projetos (PMBOK, 2004). Com base em cinco etapas principais: Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle, e Encerramento tem o intuito de gerar um produto ou serviço exclusivo e de qualidade. O desempenho e as formas de atuação variam de acordo com as áreas de conhecimento, a influência organizacional, a complexidade do projeto e a disponibilidade dos sistemas existentes. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO et al, 2009)

A mensuração deste modelo ocorre através das áreas de conhecimento e as etapas de vida do projeto, cada qual com métricas próprias.

O gerenciamento de projetos é essencial em qualquer metodologia, em especial quanto aos indicadores que medem seu desempenho, pois qualquer projeto está susceptível a mudanças advindas de fatos novos decorrentes de mudanças no ambiente nos quais se inserem.

3.3. Análises territoriais por microdados

A “Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos”, escopo do produto 2.6 da 1ª parte da 2ª Fase da presente revisão, será analisada em relação aos domicílios urbanos por setor censitário e sua caracterização conforme a tipologia estabelecida pelo IBGE para o Censo de 2010⁷, além de seu status em relação às “infraestruturas urbanas”⁸, ali contidas.

Um setor censitário corresponde a uma “unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador.” (IBGE, 2011). Cada setor possui em média 300 domicílios. Em 2010, existiam no município de União da Vitória 88 setores censitários.

“As características urbanísticas do entorno dos domicílios apresentam informações sobre presença de iluminação pública, pavimentação, arborização, bueiro/boca de lobo, lixo acumulado, esgoto a céu aberto, meio-fio ou guia, bem como calçada e rampa para cadeirante, além de informações sobre os domicílios particulares permanentes e moradores, segundo condição de ocupação, adequação das moradias, rendimento, sexo do responsável, grupos de idade e cor ou raça da população” (IBGE, 2011)

Conforme especificado no Produto 2.9, as condições gerais de moradia e fundiárias também serão analisadas em relação às condições socioeconômicas da população, por setores censitários. Como existe defasagem dos dados censitários de 10 anos, em relação à presente revisão do PDM 2008, para atualizar esses dados, adotou-se, como referência a estimativa populacional do IBGE para 2019, partindo do princípio de que o comportamento populacional por setor censitário tenha sido proporcional ao todo na década, assim como os demais dados referentes à infraestrutura, equipamentos e serviços e as condições socioeconômicas da população.

No entanto, fatos supervenientes podem ter afetado este comportamento homogêneo na década, requerendo que a análise passe pelo crivo do conhecimento empírico da ETM, GA e CDMUV, para sua validação.

⁷ Base de informações do Censo Demográfico 2010 publicado em Resultados do Universo por setor censitário – IBGE, 2011.

⁸ Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios do Censo 2010 – IBGE, 2012.

De acordo com a Base de informações do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011), as condições socioeconômicas da população são avaliadas quanto às características dos domicílios e os aspectos supra relacionados referentes aos moradores.

Dados adicionais serão considerados para análise das condições socioeconômicas da população, advindos de outras fontes como o cadastro técnico de loteamentos, para as questões fundiárias e de irregularidade na ocupação do solo, dentre outras.

A análise por setor censitário, possui caráter territorial que permite compará-los quanto ao atendimento pelas infraestruturas, equipamentos e serviços, em conjugação com os aspectos socioeconômicos, possibilitando aferir as intervenções prioritárias e visando a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

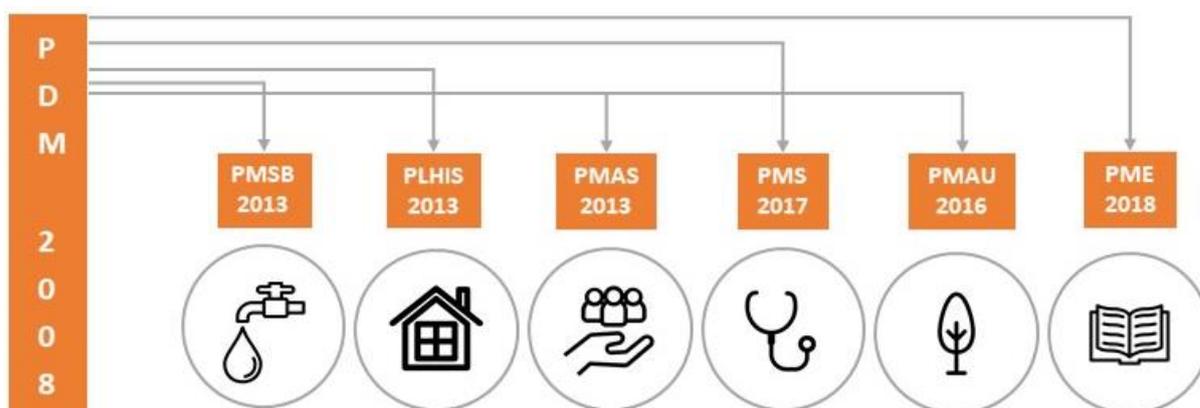
3.4. Metodologia de Compatibilização

3.4.1. Objetivo

A elaboração do Plano Diretor Municipal de União da Vitória parte da revisão do PDM 2012 e sua compatibilidade com as diretrizes e ações propostas contidas nos planos setoriais, sendo eles: Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2013), Plano Local de Habitação (PLHIS, 2013), Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2013), Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU, 2016), Plano Municipal de Saúde (PMS, 2017), e Plano Municipal de Educação (PME, 2018).

Para tanto, a presente metodologia foi criada para sistematizar as informações contidas nos planos setoriais, viabilizando as análises comparativas e possibilitando a revisão, reorganização e atualização das proposições na presente revisão do PDM 2008.

FIGURA 1: PLANOS SETORIAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA



Fonte: IBGE Cidades, 2018. Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

3.4.2. Método da Matriz de Compatibilização

O método da Matriz de Compatibilização consiste na estruturação das proposições contidas no PDM 2008 e nos planos setoriais, de modo a encontrar relações de compatibilidade entre eles.

O PDM 2008 está estruturado nos seguintes eixos: 1 - Convívio Sustentável com o Rio; 2 - União Polinucleada; 3 - Qualidade de Vida Urbana; 4 - Economia Urbana; 5 - Desenvolvimento Rural Sustentável e 6 - Ações complementares. Relativos a cada eixo, estão relacionados projetos e ações para os anos até 2013 e 2018, horizonte do PDM 2008. Esses projetos e respectivas ações integram o Plano de Ações e Investimentos - PAI do PDM 2008.

As **FIGURAS 2 e 3** a seguir, contêm, respectivamente, os Quadros para aferir a pertinência dos projetos e ações, na atualidade e seu status de efetivação, em relação aos indicadores de desempenho relativos aos mesmos. A íntegra das matrizes encontra-se no **ANEXO 1 a 7**, ao final deste relatório.

O preenchimento dos campos relativos à pertinência e ao status dos projetos e ações deverá ser procedido pela Equipe Técnica Municipal - ETM. A partir da matriz preenchida, será realizado o rebatimento territorial dessas ações, sendo possível analisar os locais do município onde elas foram previstas e continuam pertinentes e/ou efetivadas na atualidade, o que permite identificar nas ADTs, o elenco de ações válidas advindas do PDM 2008.

FIGURA 2: QUADRO DE ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE PERTINÊNCIA DAS AÇÕES DO PAI-PDM 2008

Eixo	Projeto		Ação		Coordenação	Pertinência*	
						Sim	Não
1	1a	Parques Beira-Rio	a1	Aquisição de áreas ribeirinhas	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
			a2	Concessão de parques para entidades			
	1b	Avenidas Beira-Parque	b1	Extensão da Avenida Bento Munhoz da Rocha			
			b2	Implantação de avenida beira-parque do Rio d´Areia			
			b3	Implantação de avenida beira-parque do Rio Vermelho			
			b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba			

Fonte: União da Vitória, 2012. Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

FIGURA 3: QUADRO DE ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ DE EFETIVAÇÃO DO PAI-PDM 2008

EIXO 1 - Convívio Sustentável com o Rio												
Projeto	Ação		Indicadores de desempenho - Até 2013	Status*				Indicadores de desempenho - Até 2018	Status*			
				E	N/E	A	%		E	N/E	A	%
1a	Parques Beira-Rio	a1	Aquisição de áreas ribeirinhas	Adquiridos 30 hectares no Rio Iguaçu				Adquiridos mais 10 hectares (no Rio d´Areia)				
			Adquiridos 15 hectares no Rio Vermelho				Adquiridos mais 5 hectares no Rio Vermelho					
			Adquiridos 15 hectares no Rio Guabiroba				Adquiridos mais 5 hectares no R Guabiroba					
	Parques Beira-Rio	a2	Concessão de parques para entidades	Projetados 20 hectares de parques públicos				Projetados mais 5 hectares de parques públicos				
			Instalados 7,5 hectares				Instalados mais 17,5 hectares					
	Parques Beira-Rio	b1	Extensão da Avenida Bento Munhoz da Rocha	Projetos concluídos desde 2010				Adquiridos mais 4 ha para relocação				
				Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas				Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1km da origem				
				12 ha para relocação adquiridos e indenizados								

Fonte: União da Vitória, 2012. Elaborado por TESE Tecnologia, 2020

LEGENDA: E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

OBSERVAÇÃO: *Campos a serem preenchidos pela ETM

As matrizes dos planos setoriais permitirão a verificação da pertinência e efetivação de suas ações e analisar a compatibilidade com o PAI-PDM 2008. Essa compatibilidade se apresentará de 3 maneiras: *i* - C - *compatível com o PDM* (correlação integral entre ações contidas no PAI-PDM 2008 e ações dos Planos Setoriais; *ii* CP- *compatível parcialmente* (correlação entre as proposições e os planos analisados acompanhada de necessidade de complementação do PAI-PDM 2008); *iii* - S/R *sem relação* (correlação inexistente entre as ações do PAI-PDM2008).

FIGURA 4: ESTRUTURA DA MATRIZ DE COMPATIBILIDADE ENTRE AS AÇÕES PREVISTAS NO PAI- PDM 2008 X PHIS 2013

PAI- PDM 2008		PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 2013																COMPATIBILIDADE
PROJETO	AÇÃO	AÇÃO 1				AÇÃO 2				AÇÃO 3				AÇÃO 4				
		E	N/E	A	%	E	N/E	A	%	E	N/E	A	%	E	N/E	A	%	
COMPATIBILIDADE																		

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020

LEGENDA: C - compatível com o PAI-PDM 2008

CP- compatível parcialmente com o PAI-PDM 2008

S/R- sem relação com o PAI-PDM 2008

O esquema a seguir representa as etapas a serem realizadas na presente metodologia, cujo êxito dependerá da efetiva atuação da ETM, quanto ao preenchimento dos dados e informações requeridas.

FIGURA 5: ESQUEMA ETAPAS METODOLOGIA DE COMPATIBILIZAÇÃO



Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

3.5. Método do Crivo

Descrito por Ferrari é também chamado de método da superposição de plantas, que era muito utilizado em planejamento urbano, quando as plantas eram analógicas. Objetiva “determinar

áreas em que predominem fatores físicos, econômicos ou sociais, favoráveis ou desfavoráveis a determinados usos de solo”. (FERRARI, 1979)

Consiste em fazer uma análise da área onde se quer intervir, sendo cada planta específica para determinado aspecto ou tema. Sobrepondo uma sobre a outra obtém-se a visão da área que reúne o maior número de condicionantes favoráveis.

É um método que antecedeu as atuais facilidades tecnológicas, mas que guarda grande relação com elas. Os ambientes de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), usam as facilidades da sobreposição de camadas temáticas georreferenciadas, estabelecendo impedâncias de valores atribuídos às mesmas. Utilizado, por exemplo, para análises multivariadas, para identificação de centralidades urbanas, que dependem de um conjunto muito grande de camadas temáticas sobreponíveis.⁹

Trata-se, portanto, de método para o desenvolvimento de análise mais complexas relacionadas aos territórios, que envolvem grande número de variáveis. O ambiente SIG, integrado a indicadores, pode se tornar também uma ferramenta essencial para a gestão dos planos, conforme será abordado no Produto 2.24 da 4ª Fase da presente revisão, cujo escopo é o Sistema de Planejamento e Gestão do PDM.

3.6. Métodos de Reserva Fundiária para Desenvolvimento Urbano

Souza (2009) discute em sua obra, intitulada “Métodos de planejamento urbano: projetos de *land readjustment* e redes de desenvolvimento urbano”, dois problemas que afetam as cidades: crescimento desordenado e disposição de reserva fundiária (terreno). O crescimento desordenado refere-se às cidades que recebem um contingente de pessoas, que passam a ocupar áreas precárias, sem qualquer organização, pertencentes as classes econômicas mais baixas, com menos oportunidades de trabalho, educação, cultura e demais serviços sociais. Quanto à disposição de reserva fundiária, nas cidades há áreas que são privilegiadas quanto aos investimentos públicos em detrimento de outras esquecidas, normalmente nas periferias, sem qualquer benfeitoria, que normalmente são ocupadas. O resultado são espaços excludentes e segregados, oriundos da má administração pública. De acordo com Souza,

O urbanismo contemporâneo está baseado em sistemas de ordenamento territorial por meio da delimitação entre o espaço urbano e o rural, pela lei de zoneamento (uso e ocupação do solo) e, quando presente, por meio de mecanismos de interferência específica sobre setores pré-qualificados e inseridos no próprio zoneamento. (...) De maneira geral, os sistemas de ordenamento de cada país estão relacionados aos princípios nacionais (da Constituição), que dizem respeito aos direitos individuais e coletivos sobre a propriedade privada, assim como a relação com a propriedade pública. (...) A regulação dos interesses públicos e privados (proprietários, intermediários,

⁹ Este método foi utilizado pela empresa Tese Tecnologia em Sistemas Espaciais Ltda. no desenvolvimento do Plano Diretor das Regionais Administrativas de Belo Horizonte, em 2013.

compradores, vendedores e financiadores) é parte integrante do processo de construção de uma cidade: a tomada de decisão de todos gerará reflexos futuros nos âmbitos sociais, ambientais, culturais e, logicamente, urbanísticos. De abrangência complexa, essas decisões criam condições para que a economia gerada em virtude de suas ações seja justa e equilibrada, ou injusta e desequilibrada, dependendo do resultado dessas regulações. (SOUZA, 2009, p. 3)

Considera ainda SOUZA, que, se houver equilíbrio entre ações do poder público e da sociedade, realizando-se conjuntamente os planos para uso do solo e para construção de melhorias urbanas com um controle mais ostensivo sobre as o desenvolvimento das atividades privadas e interferências na parcela de terra que possam surgir, poderá ser construída uma solução mitigadora para a problemática do crescimento desordenado.

O método *land readjustment*, que pode ser traduzido como ajuste fundiário, é ainda pouco utilizado no Brasil. Aplica o conceito de distribuição justa e equilibrada da terra urbana, sendo capaz de balancear o interesse público com o privado. Como todo método, apresenta vantagens e desvantagens. O autor admite que *“a gestão urbana pode ser aprimorada mediante a atuação e a aplicação de instrumentos adequados pelo poder público, e que a falta de métodos apropriados para a prática do planejamento urbano e para a intervenção urbanística pode ser impedimento para uma administração satisfatória”*. (SOUZA, 2009, p. 12)

O método descrito por Souza estabelece uma forma balanceada de conjugar o interesse público com o interesse privado na gestão urbana. Tem caráter eminentemente territorial resultante do rebatimento de políticas sociais, voltadas ao habitat urbano. Trata-se de uma categoria à parte, distinta dos demais métodos constantes na presente metodologia. Sua inserção neste contexto se deve ao fato de apresentar uma solução ainda inovadora no Brasil, para o trato das áreas urbanas, mas amplamente utilizada em outros países, principalmente em seu país de origem, que é o Japão.

Será muito oportuna sua utilização, em etapa concomitante à construção do PAI do PDM e no momento da implantação do Plano Diretor, como instrumento de sustentabilidade urbana, voltado a regularizações fundiárias. Converte para os demais temas abordados na presente revisão. Poderá ser gerenciado através de indicadores relativos à qualidade de vida urbana especialmente quanto ao aspecto da função social da propriedade urbana.

3.7. Gestão Financeira

Baseada nas demonstrações contábeis da prefeitura tem como objetivo verificar a liquidez e sua eficiência financeira, sendo possível projetar maior desenvolvimento institucional. Com a Gestão Financeira é avaliado se as ações são executadas, o quanto é gasto dentro da instituição para sua consecução e também se há transparência no processo. Para uma organização pública, esse controle financeiro deve ser apresentado aos cidadãos. De acordo com o Ministério do Planejamento et al (2009, p.81): *“A publicidade das informações financeiras tem como intuito assegurar a eficiência dos gastos e o exercício da cidadania se*

referindo à participação do cidadão no controle da utilização dos recursos financeiros e na avaliação dos seus resultados alcançados”.

As metodologias de avaliação contábil-financeira objetivam avaliar a eficiência e a liquidez financeira das organizações:

A mensuração do desempenho pela ótica da gestão financeira tem como objetivo avaliar o equilíbrio das contas públicas, consubstanciada em três objetivos específicos: verificar a eficiência dos processos internos de trabalho e o pragmatismo das políticas de financiamento adotadas, por meio da relação entre receita, despesa e financiamento; avaliar a relação entre gastos e investimentos realizados pelo governo e o respectivo retorno à sociedade; assegurar a legalidade e a transparência do processo de gestão orçamentária e financeira. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO et al, 2009, p. 81)

As metodologias de análise de demonstrações financeiras possuem dimensões específicas: Liquidez, Receita, Despesa e Resultado.

São metodologias específicas da gestão financeira imprescindíveis nas instituições públicas fundamentalmente por se tratar da mensuração do desempenho em relação às contas públicas. A gestão financeira deve ser associada aos mecanismos legais que regem a matéria, em especial as exigências nas prestações de contas.

Esta metodologia aqui referenciada diz respeito a implementação das ações advindas do Plano de Ações e Investimentos- PAI, parte integrante do Plano Diretor. No entanto, é inerente à administração orçamentária da Prefeitura como um todo e deve constar no Plano Plurianual- (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei de Orçamento Anual (LOA), que devem ser compatíveis entre si e assegurar a implementação das ações constantes no PAI, previstas no orçamento municipal.

3.8. Cronograma das Atividades Técnicas

O quadro abaixo apresenta resumidamente a sequência de entrega de produtos (relatórios) referentes às atividades técnicas. O cronograma completo com o planejamento das datas de entregas consta do Anexo 10. Fonte de referência não encontrada. a 10 ao final deste documento.

QUADRO 1: PLANEJAMENTO DAS ENTREGAS DE PRODUTOS

Produto	Mês	Fase	Descrição das atividades
2.1	Maio	01	Cronograma Físico
2.2	Maio	01	Metodologia de Trabalho
2.3	Junho	01	Planejamento e Gestão Urbana do Município
2.4	Novembro	02	Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos
2.5	Novembro	02	Uso e ocupação do solo atual

Produto	Mês	Fase	Descrição das atividades
2.6	Novembro	02	Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas
2.7	Dezembro	02	Uso e ocupação do solo atual vs. as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos
2.8	Dezembro	02	Expansão Urbana vs. as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos
2.9	Dezembro	02	Condições gerais de moradia e fundiárias
2.10	Dezembro	02	Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana
2.11	Dezembro	02	Condições gerais de acessibilidade e mobilidade com ênfase regional
2.12	Dezembro	02	Aglomeración Urbana Intermunicipal
2.13	Dezembro	02	Inserção Urbana Regional
2.14	Dezembro	02	Patrimônio Cultural e Paisagem
2.15	Dezembro	02	Capacidade de Investimento do Município
2.16	Dezembro	02	Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes
2.17	Dezembro	02	Síntese da Análise Temática Integrada
2.18	Dezembro	02	Objetivos para o desenvolvimento municipal
2.19	Janeiro	03	(Re)ordenamento territorial
2.20	Janeiro	03	Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável
2.21	Janeiro	03	Instrumentos urbanísticos
2.22	Março	04	Plano de Ação e Investimento - PAI
2.23	Março	04	Institucionalização do PDM
2.24	Março	04	Sistema de planejamento e gestão do PDM
2.25	Março	04	Estrutura organizacional
	Março		Volume preliminar do PDM
	Abril		Volume Final do PDM

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

4. METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO

Em 2001, treze anos após a promulgação da Constituição, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, que além de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, estabeleceu que o Plano Diretor Municipal (PDM) deve se constituir no instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, cabendo a ele garantir a função social da propriedade, assegurando a todos os cidadãos o acesso à terra urbanizada e regularizada e reconhecendo o direito à moradia e aos serviços urbanos.

A grande mudança e o grande desafio que o Estatuto trouxe ao desenvolvimento dos planos diretores é a necessidade de sua apropriação pela comunidade de forma gradativa e concomitante ao processo de elaboração. Assim a população é chamada para contribuir com a leitura da cidade, a definição de propostas e os demais instrumentos que institucionalizam o Plano Diretor. Após a aprovação do plano, a população, ciente das demandas do município e do planejamento territorial pactuado, poderá acompanhar sua implantação, reduzindo conflitos oriundos dos processos de transição da administração municipal e instaurando uma dinâmica continuada de planejamento para o território municipal que inclui áreas urbanas e rurais.

O envolvimento da comunidade no planejamento das cidades, no entanto, não deve ser entendido como algo burocrático ou meramente obrigatório, sem o devido comprometimento social. Ao contrário, deve ser uma proposta articulada, integrada e estratégica sob o ponto de vista funcional e organizacional quando da sua elaboração.

Da mesma forma, as atividades de organização e acompanhamento do processo participativo não devem constituir, simplesmente, eventos isolados e desarticulados em relação às demais tarefas e fases do trabalho pois elas têm como principal desafio aliar a eficiência dos trabalhos à transparência e ao consenso entre os agentes participantes. O Processo Participativo é, portanto, um potente instrumento de reforço ao planejamento, tendo em vista o envolvimento dos diversos atores locais – públicos, privados e da sociedade civil – no esforço conjunto para a construção de consensos.

Desse modo, um de seus objetivos principais deve ser o acompanhamento permanente da participação e inclusão da sociedade em todas as fases do trabalho. Dessa participação resulta a aceitação e a assimilação, por parte da sociedade, dos propósitos do Plano Diretor.

As metodologias propostas na sequência devem ser entendidas como sugestões que embasarão a construção do processo participativo em parceria com o município. Elas serão debatidas, compreendidas e pactuadas com a Equipe Técnica Municipal (ETM), o Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória (CDMUV), representantes do poder legislativo, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade ao longo das etapas da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), integrando conceitos metodológicos à realidade do município ou mesmo aprimorando metodologias participativas usuais que já vêm sendo utilizadas pelo poder público local.

4.1. Premissas Metodológicas da Participação

Para garantir que as técnicas utilizadas sejam de fato participativas e se tornem circunstância para o exercício da cidadania, existem critérios básicos definidos desde a promulgação do Estatuto das Cidades. Entre os principais indicadores que norteiam o processo participativo estão:

- Representatividade: todos os segmentos do município, organizados ou não, devem ser inseridos nas discussões e na formulação de propostas do Plano Diretor;

- Territorialidade: o Plano Diretor deve abranger a totalidade do município (área urbana e área rural) e sua região de influência;
- Transparência: o processo é documentado em todas as suas fases, e pode ser consultado a qualquer momento pelos interessados;
- Mobilização: o envolvimento da sociedade privilegia debates abertos e discussões com a comunidade, legitimando o processo decisório e dando crédito ao esforço de configuração do Plano Diretor;
- Interatividade: troca de saberes entre os atores envolvidos no processo. A participação desempenha importante papel no processo de consolidação das identidades locais e facilita a construção de consensos básicos entre os atores sociais;
- Flexibilidade metodológica: abordagem dinâmica da metodologia, ajustada sempre que necessário.

4.2. Principais Agentes Envolvidos

Ao longo da revisão do PDM, serão envolvidos todos os agentes sociais que contribuem na construção da realidade territorial, seja criando regras e fazendo a gestão do território, como ocupando e se apropriando dos espaços municipais. Este envolvimento garante a representatividade no processo de revisão do PDM. Cada um desses agentes terá responsabilidades específicas e cumprirá um papel determinante ao longo do processo de construção coletiva do PDM.

A identificação, as responsabilidades e o organograma de relacionamento e fluxos de comunicação (**FIGURA 6**) entre os agentes públicos e privados são apresentados a seguir.



Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

4.2.1. Agente Executor

O agente executor é também o agente fiscalizador dos serviços técnicos de consultoria, representado pelo **Coordenador da Equipe Técnica Municipal (ETM)**, que trabalha em conjunto com a mesma. A supervisão dos referidos serviços fica sob responsabilidade do Serviço Social Autônomo **PARANACIDADE**, incluindo a coordenação e fiscalização dos processos de revisão do PDM, assim como medições, pagamentos e pareceres técnicos sobre os trabalhos e aspectos legais e de divulgação a eles relacionados.

A ETM tem fundamental importância pois, face às suas responsabilidades, enumeradas no Termo de Referência, é a espinha dorsal dos trabalhos a serem desenvolvidos. É também responsável pelo fluxo de informações entre a Consultora e demais órgãos envolvidos, assim como ações operacionais incluindo o PARANACIDADE, e as distintas etapas que culminam com a aceitação dos produtos elaborados.

Para cumprir com tais responsabilidades, destaca-se a necessidade de planejamento das atividades dos representantes do agente executor ao longo do processo de construção do PDM, de forma a cumprir com a agenda de reuniões, audiências, atividades de discussões, mobilização, pesquisa de dados, visitas técnicas, leitura dos produtos, apresentação de resultados entre outros.

O Decreto nº 90/2020, de 12 de março de 2020, constituiu e designou os seguintes membros da ETM, sendo a coordenação de responsabilidade da engenheira civil Marcela Carneiro Monte.

QUADRO 2: MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Representante/Técnico do Município	Órgão/função
Bachir Abbas	Prefeito Municipal
André Otto Hochstein	Secretário Municipal de Planejamento
Maria Eduarda Nedochetko	Supervisora de Aplicação do Plano Diretor
Alfeu dos Santos Junior	Coordenador de Planejamento Urbano
Wilson Balardini	Chefe do Cadastro Técnico Imobiliário
Antonio Oscar Nhoatto	Secretário Municipal de Meio Ambiente
César Augusto Strapassola	Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Jonathan Ecks	Geólogo
Ricardo Henrique Camargo Oliskowski	Advogado

Fonte: UNIÃO DA VITÓRIA, 2020.

Cabe ressaltar que é de fundamental importância a participação e o envolvimento, não apenas da Equipe Técnica Municipal, mas também dos diversos órgãos da Prefeitura Municipal, que terão no futuro, a responsabilidade de implementar o PDM.

4.2.2. Agente Legitimador

A revisão do PDM será legitimada pelo **Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória (CDMUV)** e pelo **Grupo de Acompanhamento (GA)**, responsáveis por acompanhar e opinar nas diferentes fases do processo de elaboração do PDM e contribuir para a revisão das atribuições, da composição e do funcionamento dos instrumentos legais do PDM.

O **CDMUV/GA**, instâncias consultivas e deliberativas, são compostos por representantes do Poder Legislativo, da sociedade civil e das associações representativas de vários segmentos da comunidade (**QUADRO 3** e **QUADRO 4**). São agentes legitimadores do processo de revisão e, principalmente, implantação do PDM, devendo, portanto, participar de todas as etapas do plano.

Deverão acompanhar as reuniões técnicas, audiências e demais eventos do desenvolvimento das atividades contribuindo para a revisão coletiva do PDM e auxiliando na mobilização da sociedade.

QUADRO 3: MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Representante	Órgão/função
Ady de Lima	Conselho de Desenvolvimento Rural
Cristiano Tchuvaiff	Conselho de Desenvolvimento Rural
Gilda Botão	Arquiteta – Conselho de Desenvolvimento Urbano
Marli Oanieski	Diretora de Assistência Social
Paula Fersch	Eng. Agrônoma – Conselho de Desenvolvimento Rural
Paulo Panacioni	Eng. Civil – Conselho de Desenvolvimento Urbano

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória, 2020.

QUADRO 4: MEMBROS DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Representante	Órgão/função
Aramis Domit	Eng. Cartógrafo – AEAVI - Associação do Engenheiros e Arquitetos de União da Vitória
Dago Wohel	SEC-CORPRERI – Conselho Regional de Permanente de Prevenção Contra as Cheias do Rio Iguaçu.
Luciano Karpovisch	CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas
Mario Pedroso	Corretor de Imóveis – Representante CRECI.

Fonte: Prefeitura Municipal de União da Vitória, 2020.

4.2.3. Agente Técnico

O agente técnico, representado pela **Equipe Técnica da Consultora**, tem o papel de executar a elaboração do PDM, e será responsável por assessorar tecnicamente os agentes executor e legitimador, além de coletar os insumos necessários ao desenvolvimento das atividades realizando as etapas previstas e incorporando as discussões e propostas apresentadas nas instâncias de participação popular, desde que compatíveis com os princípios estabelecidos para a Revisão do PDM, apontando as estratégias e ações capazes de viabilizá-las. Deverá

também observar as exigências constantes do Termo de Referência, documento norteador dos serviços a serem desenvolvidos.

O quadro abaixo apresenta as atribuições dos profissionais da equipe técnica, dentro de cada uma das etapas do Plano Diretor, o que também pode ser observado no Erro! Fonte de r eferência não encontrada..

QUADRO 5: ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

ESCOPO E ATRIBUIÇÕES							
FASES	ITENS	ATIVIDADES			ATRIBUIÇÕES		
1	MOBILIZAÇÃO		Identificação e estruturação			Coordenação	
		2.1	Cronograma físico			Administrador	
		2.2	Metodologia de trabalho			Arquiteto e Urbanista	
		2.3	Planejamento e gestão urbana do município				
2	ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	Parte 1	2.4	Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos	Uso e ocupação antrópicos	Geólogo	
					Aspectos, suporte e restrições ambientais		
			2.5	Uso e ocupação atual do solo		Arquiteto e Urbanista	
			2.6	Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas	Saneamento ambiental (Abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos e limpeza urbana)		Engenheiro ambiental
		Energia e Telecomunicações			Engenheiro civil		
		Sistema viário, Mobilidade e Acessibilidade					
		Condições Socioeconômicas			Cientista social Economista		
		Parte 2	2.7	Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos			Arquiteto e Urbanista Engenheiro civil Engenheiro ambiental
				Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos			
			2.9	Condições gerais de moradia e fundiárias			Arquiteto e Urbanista Cientista Social
		Parte 3	2.10	Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana			Engenheiro civil e Arquiteto e Urbanista
			2.11	Condições gerais de acessibilidade e mobilidade com ênfase regional			
			2.12	Aglomeração Urbana Intermunicipal			Arquiteto e Urbanista
2.13	Inserção Urbana Regional						

ESCOPO E ATRIBUIÇÕES					
FASES	ITENS	ATIVIDADES		ATRIBUIÇÕES	
		2.14	Patrimônio Cultural e Paisagem		Geógrafo
		2.15	Capacidade de investimento do município		Economista
		2.16	Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes		Administrador
		2.17	Síntese da Análise Temática Integrada		Todos
		2.18	Objetivos para o desenvolvimento municipal		
3	DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL	2.19	(Re)ordenamento territorial		Arquiteto e Urbanista
		2.20	Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável		Todos
		2.21	Instrumentos urbanísticos		Advogado
4	PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM	2.22	Plano de Ação e Investimento - PAI		Arquiteto e Urbanista
		2.23	Institucionalização do Plano Diretor Municipal	Lei do PDM e outras Leis Municipais	Advogado e Arquiteto e Urbanista
		2.24	Sistema de Planejamento e Gestão do PDM		Administrador e Arquiteto e Urbanista
		2.25	Estrutura organizacional		

Obs.: O coordenador participa na elaboração de todas as fases e produtos.

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

4.3. Metodologia Participativa

A dinâmica territorial envolve diferentes agentes, cujos interesses são específicos. Assim, o levantamento da realidade deve tentar ouvir todas as partes envolvidas na dinâmica urbana e rural, de modo que seja possível estabelecer um pacto entre os diversos interessados, num esforço para prevalecer o interesse coletivo.

Na medida em que um dos objetivos deste trabalho é a elaboração de propostas de ordenamento territorial de forma democrática, é de suma importância identificar as demandas e expectativas da população. Neste sentido, durante a elaboração do PDM serão realizadas oficinas de leitura comunitária e audiências públicas (ver **ITEM 4.4**), para a construção da Leitura Participativa, com datas a definir, devido a situação do COVID-19.

Um dos maiores desafios das Leituras Comunitárias consiste em escolher uma técnica de participação capaz de levantar informações precisas sobre as demandas e expectativas dos diversos segmentos da sociedade. A precisão destas informações é importante na medida em que deverão orientar as propostas do PDM.

A construção da Leitura Participativa se dará através de pesquisas qualitativas, desenvolvidas por meio de grupos focais. Esta técnica é muito conhecida e utilizada nas investigações sociais, seja como método principal, seja associada a diversas outras técnicas, como as entrevistas individuais, a aplicação de questionários e consultas ou a observação participante.

4.3.1. Grupos Focais¹⁰

O método dos grupos focais não se confunde com o das entrevistas coletivas, ou seja, não consiste em uma simples série de perguntas realizadas por um entrevistador e respondidas individualmente pelos presentes e sim na ideia de que a interação dialógica entre os atores presentes incentiva, enriquece e qualifica as percepções iniciais de cada um. Os temas de interesse da pesquisa e comuns aos indivíduos presentes no mesmo grupo de interesse tendem a emergir do debate e ganhar contornos mais claros na medida em que a discussão se aprofunda.

A ideia do método é trazer a reflexão para o grupo de modo que cada um dos indivíduos possa dividir e comparar suas diferentes perspectivas e, desta forma, enriquecer/qualificar suas percepções individuais e permitir à pesquisa a visualização de expectativas e percepções coletivas.

Caberá aos técnicos da Contratada que mediarão o debate identificar estes temas genéricos de interesse do grupo e explorá-los da melhor maneira possível, partindo sempre das questões amplas para as mais específicas e concretas. Os temas devem ser debatidos de modo que ganhem corpo e clareza no decorrer da discussão.

O interessante nesta metodologia é o fato dela incentivar os participantes a ouvir as demandas alheias e, desta forma, superar a ideia de defender apenas os seus interesses individuais. Assim, é importante que, antes da dinâmica, os participantes sejam orientados a não pré-julgar a opinião dos outros, a se engajar no processo participativo e, principalmente, a escutar o que o outro tem a dizer.

A metodologia de grupo focal pode ser aplicada de diversas formas. Apresentam-se aqui dois exemplos de dinâmicas que poderão ser utilizados na revisão do PDM de União da Vitória. A escolha da dinâmica a ser desenvolvida poderá variar conforme o número e o perfil dos participantes, além dos objetivos específicos do encontro.

Dinâmica 1:

A reunião divide-se em 03 momentos:

1º) O trabalho tem início com a apresentação da contratada e em seguida todos os presentes serão orientados a acessarem o site: www.menti.com e inserirem o código apresentado no telão.

2º) Inicia-se com o questionamento: “Quais são as palavras que definem o que é qualidade de vida para você?”, seguido por “Quais são os motivos que fazem de União da Vitória uma boa cidade para se viver?” e finalizando com “Qual é o seu sonho para a cidade para os próximos 10 anos?”. Cada participante poderá escrever 5 sugestões para cada pergunta e suas respostas

¹⁰ Esta metodologia é adequada para reuniões com até 60 participantes. Caso a participação seja superior a esse número, serão distribuídos questionários.

irão aparecer no telão à medida que a resposta for computada, permitindo uma interação simultânea com o público presente.

3º) Os moderadores da Consultora fazem uma síntese dos relatos e discussões. Esse material é encaminhado aos técnicos para ser utilizado como contribuição subsidiária da população, fundamental, na fase da construção diagnóstica.

Dinâmica 2:

O trabalho tem início com a divisão aleatória dos participantes em quatro grupos, evitando a formação de grupos de interesse. A cada grupo será estabelecido um tema entre: meio ambiente e saneamento; desenvolvimento econômico; políticas públicas e equipamentos sociais; e infraestrutura, sistema viário e transporte.

A reunião divide-se em 03 momentos:

1º) Os participantes apontam as condicionantes, potencialidades e deficiências em relação ao tema que lhes foi atribuído, assim como sugestões para o mesmo (diretrizes). Um relator eleito entre os participantes realiza o registro das contribuições.

2º) Concluído o primeiro momento, os relatores deverão apresentar os trabalhos dos grupos em plenária. Essa apresentação tem por objetivo levar ao conhecimento de todos os participantes a opinião da comunidade sobre as temáticas envolvidas no Plano Diretor e validar o produto das discussões em grupo, conferindo ao processo participativo a transparência que lhe é exigida.

3º) Os moderadores da empresa Consultora fazem uma síntese dos relatos e discussões. Esse material é encaminhado aos técnicos para ser utilizado como contribuição subsidiária da população, fundamental, na fase da construção diagnóstica.

4.3.2. Consulta Pública

A metodologia utilizada na elaboração da Consulta Pública baseia-se, na 'investigação apreciativa', método de planejamento participativo utilizado em organizações e cidades de várias regiões do mundo.

Sistematizado pelo Prof. David Cooperrider, de Chicago¹¹, contempla 04 fases:

- a descoberta (apreciação, no seu aspecto mais positivo, do que se é e do que se tem);
- o sonho (a construção da visão coletiva de um futuro desejável);
- o plano (a elaboração dos projetos para se atingir o sonho);
- o destino (a gestão do plano).

¹¹ Cooperrider, D. L., Whitney, D., & Stavros, J. M. (2003). *The appreciative inquiry handbook*. Bedford: Lakeshore Communications.

Ele parte da premissa do positivo existente, “daquilo que está dando certo”, “daquilo do qual me orgulho” e não do déficit ou da falta, mas o que pode melhorar. Os resultados tangíveis mostram a explicitação de onde a cidade quer chegar, a partir de uma série de afirmações positivas.

A Consulta Pública, contida no **ANEXO 9**, será publicado no Site da Prefeitura Municipal e estará disponível em Versão impressa na prefeitura para aqueles que não tem acesso à internet. Ele utilizará essencialmente a fase da descoberta e os pontos nele abordados referir-se-ão ao diagnóstico, que analisa a situação atual e identifica os grandes desafios do futuro.

4.4. Eventos Participativos

São o processo de planejamento que envolvem uma grande quantidade e diversidade de atores locais, nos quais é oportuno combinar formas de participação que privilegiem os seguintes aspectos:

- **a consulta:** por empregar mecanismos mais complexos e estruturados voltados a colher subsídios junto à comunidade, com a intenção de utilizá-los de forma efetiva na definição das características e objetivos da iniciativa em debate, constituindo-se em pré-requisito de adesão do plano;
- **a informação:** consiste na comunicação eficaz dos elementos fundamentais da consulta, permitindo que se conheça a percepção da realidade por parte dos atores chaves; e
- **a avaliação dos resultados**, que faz com que a participação não se restrinja, meramente, ao cumprimento de um dispositivo legal, mas assuma a condição de instrumento democrático da gestão urbana.

Neste sentido, serão realizados os seguintes eventos de participativos, com data a ser definida (Covid-19):

- Audiências Públicas;
- Oficinas de Leitura Comunitária.

4.4.1. Audiências Públicas

São um dos instrumentos de participação previstos pelo Estatuto da Cidade. Nelas o governo local e a população interessada podem discutir e encontrar, conjuntamente, as melhores soluções para as questões em debate, considerando o bem-estar e segurança de todos os cidadãos.

A primeira audiência constitui-se no ponto de partida da mobilização popular. É quando a população é contextualizada quanto aos trabalhos do Plano Diretor, seus objetivos, regras e agenda. É um momento de formalidade, pois conta com a presença de autoridades dos mais diversos níveis institucionais públicos e privados, mas também de descontração, pois é aí que

os representantes da cidade começarão a delinear seu sonho de cidade, expor suas apreensões e expectativas e vislumbrar desafios futuros.

As audiências subsequentes funcionam como instrumento de garantia da continuidade do processo participativo, com a realização de debates sobre as propostas apresentadas para o Plano Diretor, com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade.

Devem seguir as seguintes recomendações do Estatuto da Cidade e da Resolução 25 do Conselho Nacional das Cidades:

- Ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local;
- Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- Serem conduzidas pela Consultora, com o apoio do Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;
- Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;
- Ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memória do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.
- Adicionalmente devido a situação sanitária enfrentada devido ao COVID-19 as audiências serão realizadas de forma híbrida, com limite de participante presenciais e com transmissão ao vivo através do canal de Youtube do Plano Diretor.

Serão realizadas quatro rodadas de Audiências Públicas, com a seguinte programação:

1. Rodada de Audiência Pública 1

- Objetivos: Sensibilização da população quanto à importância e os motivos da revisão do PDM; apresentação do início dos trabalhos do PDM (conceito, importância e desenvolvimento; método e técnicas; cronograma); divulgação dos canais de comunicação e manifestação popular; apresentação da ETM, do CDMUV e da equipe técnica da Consultora; sondagem inicial das necessidades do município e as aspirações da população através da Consulta Pública e da nuvem de palavras;
- Participantes: ETM; CDMUV; representantes do Legislativo; representantes do executivo; representante do Ministério Público; sociedade civil; entidades e instituições organizadas; e técnicos da Consultora;
- Quando: **25 de fevereiro de 2021**, relativo às atividades da Fase 1 – Mobilização;
- Divulgação do evento: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e ETM;
- Registro: Consultora e ETM;
- Disponibilização: Página da Prefeitura Municipal;

- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; microfones; caixas de som, materiais de apoio elaborados pela Consultora - Prefeitura Municipal;
- Metodologia: Exposição oral pela Consultora, questionário e nuvem de palavras (ver item 4.3).

–

2. Rodada de Audiência Pública 2

- Objetivo: Apresentação aos participantes das condições quali-quantitativas levantadas na Análise Temática Integrada considerando as Leituras Técnica e Comunitária;
- Participantes: ETM; CDMUV; representantes do Legislativo; representantes do executivo; representante do Ministério Público; sociedade civil; entidades e instituições organizadas; e técnicos da Consultora;
- Quando: **A definir**, relativo à Fase 2 – Análise temática integrada;
- Divulgação do evento: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e ETM;
- Registro: Consultora e ETM;
- Disponibilização: Página da Prefeitura Municipal;
- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; microfones; caixas de som, materiais de apoio elaborados pela Consultora - Prefeitura Municipal;
- Metodologia: Exposição oral pela Consultora.

3. Rodada de Audiência Pública 3

- Objetivo: Apresentação a definição das diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e soluções específicas para garantir os direitos à cidade sustentável para debate, sugestões e ajustes.
- Participantes: ETM; CDMUV; representantes do Legislativo; representantes do executivo; representante do Ministério Público; sociedade civil; entidades e instituições organizadas; e técnicos da Consultora;
- Quando: **A definir**, referente à Fase 3.
- Divulgação do evento: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e ETM;
- Registro: Consultora e ETM;
- Disponibilização: página da Prefeitura Municipal;
- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; microfones; caixas de som, materiais de apoio elaborados pela Consultora - Prefeitura Municipal;
- Metodologia: Exposição oral pela Consultora.

4. Rodada de Audiência Pública 4

- Objetivo: Apresentação das ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM; das minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas; do sistema de planejamento e gestão do PDM; e as modificações da estrutura organizacional, a fim de debater, coletar sugestões e realizar ajustes.
- Participantes: ETM; CDMUV; representantes do Legislativo; representantes do executivo; representante do Ministério Público; sociedade civil; entidades e instituições organizadas; e técnicos da Consultora;
- Quando: **A definir**, referente à Fase 4.
- Divulgação do evento: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e ETM;
- Registro: Consultora e ETM;
- Disponibilização: página da Prefeitura Municipal;
- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; microfones; caixas de som, materiais de apoio elaborados pela Consultora - Prefeitura Municipal;
- Metodologia: Exposição oral pela Consultora.

4.4.2. Oficinas de “Leitura Comunitária”

Representam o epicentro do processo de participação da população na discussão do Plano Diretor. São reuniões abertas, onde a comunidade reunida se manifesta livremente, mediante o uso de dinâmicas que têm por objetivo garantir o direito de expressão a todos. É o momento no qual a Consultora, juntamente com os técnicos da Prefeitura Municipal, realiza um extenso e detalhado processo de consulta à população sobre as temáticas que estão sendo abordadas pelo Plano Diretor.

Serão realizadas cinco Oficinas de Leitura Comunitária, com datas a serem definidas (Covid-19), com a seguinte programação:

1. Oficina de Leitura Comunitária 1, 2 e 3

- Objetivo: Caracterizar as condicionantes, potencialidades e deficiências da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Fase 2 - Análise Temática Integrada (Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos; uso e ocupação atual do solo; capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas; uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; condições gerais de moradia e fundiária; condições gerais de acessibilidade e mobilidade com ênfase na área urbana; condições gerais de acessibilidade e mobilidade com ênfase regional; aglomeração urbana intermunicipal; inserção urbana regional; patrimônio cultural e paisagem; capacidade de investimento do município; estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes; síntese da análise

temática; objetivos para o desenvolvimento municipal.) e definir os eixos estratégicos do PDM e objetivos;

- Participantes: População e associações representativas dos vários segmentos da comunidade da área urbana do município;
- Quando: **A definir**, referente à Fase 2;
- Divulgação: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e ETM;
- Registro: Consultora e ETM;
- Disponibilização: página da Prefeitura Municipal;
- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; gravação microfones; caixas de som, Materiais das dinâmicas elaborados pela Consultora - Prefeitura Municipal;
- Metodologia: Exposição oral pela Contratada e grupos focais (ver dinâmica 2 - item 1.3).

2. Oficina de Leitura Comunitária 4 e 5

- Objetivo: Definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável;
- Participantes: População e associações representativas dos vários segmentos da comunidade do município;
- Quando: **A definir**, referente à Fase 3;
- Divulgação: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e Comitê Executivo;
- Registro: Consultora;
- Disponibilização: Página da Prefeitura Municipal;
- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; microfones; caixas de som - Prefeitura Municipal; Materiais das dinâmicas - Consultora;
- Metodologia: Exposição oral pela Consultora e grupos focais (ver dinâmica 2 - ver item 4.3.1).

3. Oficina de Leitura Comunitária 6 e 7

- Objetivo: Definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM; analisar minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas; analisar proposta de sistema de planejamento e gestão do PDM e de ajustes da estrutura organizacional;
- Participantes: População e associações representativas dos vários segmentos da comunidade do município;
- Quando: **A definir**, referente à Etapa 4;
- Divulgação: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e Comitê Executivo;

- Registro: Consultora;
- Disponibilização: Página da Prefeitura Municipal;
- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; microfones; caixas de som, Materiais das dinâmicas elaborados pela Consultora - Prefeitura Municipal;
- Metodologia: Exposição oral pela Contratada e nuvem de palavras (ver item 4.3.1).

4.4.3. Conferência

Trata-se do fechamento do processo Participativo, prevista no Estatuto da Cidade. Nela o governo local e a população interessada validam conjuntamente o Plano Diretor elaborado, considerando o bem-estar e segurança de todos os cidadãos.

A Conferência ocorrerá ao final da revisão do PDM, antecedendo a aprovação do mesmo pela Câmara de vereadores, garantindo a gestão democrática da cidade.

Devem seguir as seguintes recomendações do Estatuto da Cidade e da Resolução 25 do Conselho Nacional das Cidades:

- Ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local;
- Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- Serem conduzidas pela Consultora, com o apoio do Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;
- Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;
- Serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Será realizada uma Conferência da Revisão do Plano Diretor, com data a ser definida (Covid-19) com a seguinte programação:

1. CONFERÊNCIA

- Objetivos: Submeter à apreciação dos participantes a síntese da versão final preliminar do PDM revisado para pactuação;
- Participantes: ETM; CDMUV; representantes do Legislativo; representantes do executivo; representante do Ministério Público; sociedade civil; entidades e instituições organizadas; e técnicos da Consultora;
- Quando: **A definir**;
- Divulgação do evento: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal;
- Condução: Consultora e ETM;
- Registro: Consultora;
- Disponibilização: Página da Prefeitura Municipal;

- Materiais e equipamentos principais: Projetores; telas de projeção; microfones; caixas de som, Materiais das dinâmicas elaborados pela Consultora - Prefeitura Municipal;
- Metodologia: Exposição oral pela Consultora.

4.5. Divulgação e Comunicação

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Para que isso ocorra, é necessária a criação de mecanismos de comunicação eficazes, com formatos de mobilização inclusivos, que possibilitarão a participação conjunta das diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil interessadas no processo de discussão da legislação municipal.

Os instrumentos de publicidade do plano deverão:

- estabelecer vias de comunicação e divulgação do processo de elaboração do PDM, em linguagem acessível e de fácil compreensão abrangendo todos os segmentos da sociedade;
- garantir o acesso aos relatórios, documentos, cronograma, registros de reuniões e legislação do PDM;
- garantir a divulgação do plano e de seus eventos, principalmente reuniões e audiências públicas;
- criar canal de comunicação entre a sociedade e a Prefeitura Municipal, na figura da Equipe Técnica Municipal.

Propõe-se que o plano de comunicação e mobilização do Plano Diretor seja viabilizado pela Prefeitura principalmente através do uso das seguintes ferramentas e estratégias:

4.5.1. Página na Internet

Considerando sua abrangência e ambiente personalizado, a internet é o canal que poderá disponibilizar o maior número de informações e a maior acessibilidade dentre as demais mídias propostas. O espaço virtual proporciona oportunidades para opiniões, debates e sugestões durante todo processo de discussão da legislação.

Desta forma, todos os produtos deverão estar disponibilizados na página da internet da Prefeitura Municipal. Sugere-se a inclusão de um “banner” que direcione o usuário à página do Plano Diretor, a qual deverá estar atualizada com notícias, informações, divulgação de eventos e produtos.

A Consultora será responsável por encaminhar os documentos e notas ao ETM que será encarregado de publicá-los no sítio eletrônico.

4.5.2. Imprensa e Publicidade

- Diário Oficial: o convite para participar de Audiências Públicas e Oficinas de Leitura Comunitária deverão ser publicados no Diário Oficial com pelo menos 15 dias de antecedência e após a aprovação da ETM
- Assessoria de Comunicação da Prefeitura: procurará participar e registrar todos os eventos participativos do plano, sendo responsável pela sua divulgação na página da internet da Prefeitura Municipal e na imprensa local;
- Imprensa Local – jornais e rádios: as Audiências Públicas e Oficinas de Leitura Comunitária serão divulgadas pela imprensa local, impressa e/ou digital;
- Cartazes e faixas: a Consultora indicará o conteúdo; a produção gráfica, reprodução e distribuição são de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Serão utilizados para divulgação dos eventos participativos do PDM;
- Convite individual: serão enviados convites impressos e/ou digitais dos eventos do PDM para representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade civil.

Recomenda-se que todo o material produzido indique os canais de comunicação (site, e-mail, telefone ou endereço) para que a população possa obter informações e se manifestar durante o processo de revisão do PDM. O envolvimento do município nesta atividade é fundamental para a legitimidade e continuidade do processo de participação durante e após a conclusão do Plano Diretor. A Consultora prestará assessoria técnica ao município para esclarecer dúvidas e discutir questionamentos recebidos através desses veículos, quando for o caso.

O quadro a seguir apresenta a síntese das formas de divulgação dos eventos participativos do PDM de Medianeira.

QUADRO 6: FORMA DE DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS PARTICIPATIVOS

Evento	Diário Oficial	Imprensa da PMUV ¹²	Jornal e Rádio	Cartazes e Faixas	Carro de Som	Convite individual
Audiência Pública	X	X	X	X	X	X
Oficinas de Leitura comunitária	X	X	X	X	X	X
Conferência	X	X	X	X	X	X

4.6. Planejamento das Reuniões Técnicas

As reuniões técnicas ocorrerão, principalmente, entre a Prefeitura Municipal e a Consultora, majoritariamente de forma virtual devido ao Covid-19. Os eventos e a programação aqui apresentados são previsões que poderão sofrer adaptações em decorrência do andamento das atividades de revisão do PDM.

4.6.1. Reuniões Técnicas com a ETM

¹² Prefeitura Municipal de União da Vitória.

As Reuniões com a **Equipe Técnica Municipal** têm por objetivo a discussão, revisão, o acompanhamento e o aprimoramento dos produtos desenvolvidos ao longo da elaboração do PDM pelos agentes públicos que fazem parte da ETM, buscando também o início de um processo de interação destes agentes que conduzirão a política urbana municipal.

Estão previstas além da Reunião Técnica na assinatura do contrato de prestação de serviços, as seguintes Reuniões Técnicas:

- 5 Reuniões Técnicas Preparatórias com a ETM, com os seguintes objetivos:
 - RTP1: Definir formulários e amostra de itens a serem levantados para avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município; organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos para a realização das atividades da FASE 01;
 - As demais Reuniões Técnicas Preparatórias deverão organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos necessários para realização das atividades das FASES 02, 03 e 04 e suas respectivas oficinas e audiências, sendo que na FASE 04, deverá ser incluída a Conferência.
- 5 Reuniões Técnicas de Consolidação com a ETM:
 - As Reuniões Técnicas de Consolidação deverão ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades das 4 fases dos trabalhos, em decorrência das 4 Audiências Públicas durante a realização do Plano Diretor e da Conferência na Fase 04.
- 9 Reuniões Técnicas de Coordenação com a ETM:
 - As Reuniões Técnicas de Coordenação deverão avaliar o andamento das atividades e eventos realizados nas distintas FASES e sempre que necessário, ajustar os procedimentos adequados para a FASE subsequente. Na FASE 04 definir, se necessário, ajustes nos produtos finais depois da Conferência da revisão do PDM, sendo que uma reunião será realizada após as audiências públicas e outra será realizada após a Conferência.

4.6.2. Reuniões Técnicas com a ETM e o CDMUV

As **Reuniões com a Equipe Técnica Municipal, Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória** têm por objetivo a discussão, o aprimoramento e o acompanhamento do PDM pelos agentes públicos e sociedade civil, buscando também o início de um processo de interação destes agentes que conduzirão a política urbana municipal.

As reuniões não serão, necessariamente, realizadas com a ETM, CDMUV ou com todos os seus componentes. Ocorrerão, conforme objetivo da reunião e disponibilidade dos membros.

Estão previstas **sete Reuniões Técnicas de Capacitação** nas quais representantes da CDMUV e da ETM discutirão deficiências e potencialidades, fornecerão dados e informações, apresentarão demandas, propostas e sugestões dos temas de suas áreas.

As Reuniões Técnicas serão agendadas pelo coordenador do ETM, que receberá previamente da Consultora um documento que identifique a pauta da reunião, para que assim possa articular com o representante pertinente do poder público municipal.

Estão previstas, inicialmente, sete momentos de Reuniões Técnicas de Capacitação (RTC), são eles:

- RTC1: reunião para apresentar o cronograma físico; a metodologia de trabalho; os métodos e técnicas para realização da oficina técnica 1 e das audiências da fase 01; os métodos e técnicas para avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município;
- RTC2: reunião para capacitar o CDMUV de forma a garantir seu nivelamento de conhecimentos relativos às atividades desenvolvidas e produtos elaborados na fase de mobilização;
- RTC3: reunião para apresentar métodos e técnicas para a elaboração da parte 1 da Análise Temática Integrada e a oficina de leitura técnica 2;
- RTC4: reunião para apresentar métodos e técnicas para a elaboração da parte 2 da Análise Temática Integrada e a oficina de leitura técnica 3;
- RTC5: reunião para apresentar métodos e técnicas para a elaboração da parte 3 da Análise Temática Integrada, a oficina de leitura técnica 4 e as audiências da fase 02;
- RTC6: reunião para apresentar métodos e técnicas para definir as diretrizes de (re)ordenamento territorial, definir propostas para garantir os direitos à cidade sustentável, definir instrumentos urbanísticos, definir propostas para garantir a mobilidade e acessibilidade, definir diretrizes para a estruturação urbana do município, definir diretrizes para a estratégia urbana regional, definir propostas para garantir o patrimônio cultural e paisagem, a oficina de leitura técnica e as audiências da fase 03;
- RTC7: reunião para apresentar métodos e técnicas para definir o Plano de Ação e Investimento, o sistema de planejamento e gestão urbana do PDM, os ajustes da estrutura organizacional, a oficina de leitura técnica 6 e as audiência da fase 04;

4.6.3. Oficinas de “Leitura Técnica”

Representam o processo de participação dos membros da Equipe Técnica Municipal; do Conselho de Desenvolvimento Municipal de União da Vitória; dos representantes do poder Legislativo, do Executivo e do Ministério Público na discussão do Plano Diretor. Estas oficinas não são eventos abertos, mas sim encontros organizados a partir de um público-alvo definido. O trabalho é organizado sobre matrizes temáticas, possibilitando assim um direcionamento mais objetivo dos temas abordados no Plano Diretor, a troca de experiências e informações e, principalmente, a possibilidade real de maior integração entre os participantes e o corpo técnico e destes com os assuntos discutidos.

Serão realizadas seis Oficinas de Leitura Técnica ao longo da revisão do PDM, as quais coincidem com os mesmos dias das Oficinas de Leitura Comunitária, com exceção da Primeira

Oficina de Leitura Técnica que analisará os dados e informações referentes ao modo de avaliar o desempenho do planejamento e gestão urbana do município, a qual ocorrerá em Junho de 2020.

Estão previstas, seis Oficinas de Leitura Técnicas (OLT), são eles:

- OLT1: Analisar os dados e informações de modo a avaliar o desempenho do planejamento e gestão urbana do município;
- OLT2: Caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Parte 1 da Análise Temática Integrada (Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos; uso e ocupação atual do solo; e capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos) e definir de eixos estratégicos do PDM e objetivos;
- OLT3: Caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Parte 2 da Análise Temática Integrada (Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; e condições gerais de moradia e fundiárias) e definir de eixos estratégicos do PDM e objetivos;
- OLT4: Caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Parte 3 da Análise Temática Integrada (Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana; Condições gerais de acessibilidade e mobilidade com ênfase regional; Aglomeração Urbana Intermunicipal; Inserção Urbana Regional; Patrimônio Cultural e Paisagem; Capacidade de Investimento do Município; Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes; Síntese de Análise Temática Integrada; Objetivos para o desenvolvimento municipal) e definir de eixos estratégicos do PDM e objetivos;
- OLT5: Definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável;
- OLT6: Definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM; analisar minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas; analisar proposta de sistema de planejamento e gestão do PDM e de ajustes da estrutura organizacional.

4.6.4. Relatório de Comprovação da Mobilização Social

A revisão do PDM, dividido em 04 FASES, que deverá ser realizado no prazo de 340 dias, de acordo com Cronograma ajustado que inclui os prazos dos diferentes agentes envolvidos da Consultora e do Poder Público. Mesmo com a suspensão do contrato pelo período de 4 meses e a situação sanitária devido ao Covid-19 a consultoria buscará cumprir ao máximo com o prazo pré-estabelecido nas situações em que isto for possível, salvo situações diretamente

relacionadas a impossibilidade de realização de eventos presenciais, os quais serão marcados em data a ser definida quando for possível.

Todas as atividades de mobilização social desenvolvidas serão registradas pela Consultora e ETM, e os respectivos relatórios entregues após cada Reunião, Oficina, Audiência e Conferência, sendo posteriormente unificadas e catalogadas em um Relatório de Comprovação da Mobilização Social a ser entregue em conjunto com o volume final da revisão do PDM.

4.6.5. Coleta de Dados e Informações

Para a coleta de dados, foi montada uma lista preliminar, contendo os dados e informações necessários à construção da FASE 01. Quanto à FASE 02 também já foi repassado solicitações de informações necessária a coordenação da ETM Municipal, para que possa ser repassar a solicitação ao representante do poder público municipal pertinente e encaminhado à consultoria.

4.7. Cronograma de Reuniões locais

No cronograma de atividades estão previstas reuniões locais que envolvem atividades de mais de uma FASE e, normalmente, estão associadas a múltiplos Eventos Participativos e Técnicos (reuniões, audiências, apresentações etc.). Devido ao Covid-19 algumas atividades participativas, como as **Audiências Públicas** e a **Conferência** terão data a ser definida, bem como algumas datas serão repactuadas devido a suspensão do contrato e a troca de governo no início de 2021. O quadro a seguir identifica os eventos associados a cada visita técnica com as datas previstas de realização.

QUADRO 7: PLANEJAMENTO DAS VIAGENS

Reuniões locais	Mês	Fase	Reuniões
RL1	Maio	FASE 1	– Reunião Técnica de Assinatura do contrato de prestação de serviços
RL2	Maio	FASE 1	– Reunião Técnica Preparatória 1
RL3	Junho	FASE 1	– Reunião Técnica de Capacitação 1 – Oficina Leitura Técnica 1
RL4	Junho	FASE 1	– Reunião Técnica de Capacitação 2 – Reunião Técnica de Consolidação 1 – Reunião de Coordenação 1 e 2 – Reunião Técnica de Capacitação 3 – Reunião Técnica Preparatória 2
RL5	Dezembro e janeiro	FASE 2.1	– Reunião de Coordenação 3 – Oficina Leitura Técnica 1 – Oficina Leitura Comunitária 1

Reuniões locais	Mês	Fase	Reuniões
		FASE 2.3	– Reunião Técnica Preparatória 3
RL6	Março	FASE 2.2	– Reunião Técnica de Capacitação 4 – Oficina Leitura Técnica 2 – Oficina Leitura Comunitária 2 – Reunião de Coordenação 4
		FASE 2.3	– Reunião Técnica de Capacitação 4
RL7	Abril / a definir	FASE 2.3	– Oficina Leitura Técnica 3 – Oficina Leitura Comunitária 3 – Reunião Técnica de Consolidação 2 e 3 – Reunião de Coordenação 5
RL9	Abril / a definir	FASE 3	– Reunião Técnica Capacitação 5 – Reunião Técnica Preparatória 4
RL10	Maio / a definir	FASE 3	– Oficina Leitura Técnica 4 – Oficina de Leitura Comunitária 4 e 5 – Reunião Técnica de Consolidação 4 – Reunião de Coordenação 6
RL11	Maio / a definir	FASE 4	– Reunião Técnica Capacitação 6 – Reunião Técnica Preparatória 5
RL12	Junho / a definir	FASE 4	– Oficina de Leitura Técnica 5 – Oficina de Leitura Comunitária 6 e 7 – Reunião Técnica de Consolidação 5 – Reunião de Coordenação 7
RL14	Junho / a definir	FASE 4	– Reunião de Coordenação 8

Solicita-se que o município confirme e reserve as datas, conforme cronograma entregue, para a realização das atividades relativas ao PDM, de acordo com as normas preventivas contra a COVID-19 estabelecidas pela Prefeitura Municipal.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Esther Bermeguy, COUTO, Leandro Freitas. **Território, participação e planejamento: Agenda de Desenvolvimento Territorial e o caso do Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3263/1/Territ%C3%B3rio,%20participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20planejamento_10P.pdf Acesso em: 14 maio de 2020

ALVES, Larissa da Silva Ferreira Alves. **Culturas de Ordenamento Territorial: Conceituações e Perspectivas Histórico-Analíticas** (*Planning Culture: Concepts And Perspectives Historical-Analytical*). 2015.

AMP. Associação dos Municípios do Paraná. **Prefeituras assinam Termo de Adesão e Termo de Compromisso aos ODS no Palácio Iguçu**. 2017. Disponível em: <http://www.ampr.org.br/2017/10/721/Prefeituras-assinam-Termo-de-Adesao-e-Termo-de-Compromisso-aos-ODS-no-Palacio-Iguacu.html>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

BID. **Resource book on participation**. 1997. Disponível em: <http://www.iadb.org/ENGLISH/POLICIES/participate/index.htm>. Acesso em: 16 março 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília: Portal da Legislação, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 25 março 2020.

CASA CIVIL. Governo do Estado do Paraná. **Governo cria sistema para acelerar interiorização dos ODS**. Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=102489&tit=Governo-cria-sistema-para-acelerar-interiorizacao-dos-ODS>. Acesso em: 10 janeiro de 2020.

CEBDS. **A Nova Agenda Urbana**. 2016. Disponível em: https://cebds.org/nova-agenda-urbana-da-onu/?gclid=CjwKCAjwv4_1BRAhEiwAtMDLsiwYQAqXuRleZsve9-t5q67amKqErqH72sGOeQ-xveOn94-9fFZ6VRoCSzcQAvD_BwE#.XqR4VWhKhPY. Acesso em: 29 de abril 2020



IBGE Cidades. MUNIC - **Perfil dos Municípios Brasileiros - União da Vitória**. 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/uniao-da-vitoria/pesquisa/1/21682>>. Acesso em: 13 maio de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/24702-caracteristicas-urbanisticas-do-entorno-dos-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 13 maio de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE abre inscrições para cerca de 192 mil recenseadores**. 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=1&idnoticia=1560&busca=1&t=ibge-abre-inscricoes-cerca-192-mil-recenseadores>>. Acesso em: 13 maio de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Operação Censitária 2020**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>>. Acesso em: 13 maio de 2020.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Departamento do Paraná. *Federación Pan-Americana de Asociaciones de Arquitectos*. **ANAIS DA III Conferência das Cidades de Fronteira**. Foz do Iguaçu, 2009.

MERCATOR, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 63-73, set./dez. 2014. ISSN 1984-2001, 2002, Universidade Federal do Ceará. Consultado em www.mercator.ufc.br

OLIVEIRA, A.G.; PISA, B.J. **IGovP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro 49 (5): 1263-1290, set./out. 2015.

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 10 janeiro de 2020.

ONU. Nações Unidas Brasil. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em: 10 janeiro de 2020.

ONU. **Nova Agenda Urbana**. 2017. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese->> Acesso em: 10 janeiro de 2020.



Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXlrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>. Acesso em: 28 abril de 2020.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Complementar nº 3, de 16 de janeiro de 2012.** Aprova o Plano Diretor Municipal de União da Vitória e dá outras providências.

ANEXOS
ANEXO 1: MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DO PAI - PDM UNIÃO DA VITÓRIA 2012 - ESTRUTURA

Matriz de verificação da efetivação do PAI - PDM União da Vitória 2012								
Eixo	Projeto		Ação		Coordenação	Pertinência		
						Sim	Não	
1	Convívio Sustentável com o Rio	1a	Parques Beira-Rio	a1	Aquisição de áreas ribeirinhas	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
				a2	Concessão de parques para entidades	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
		1b	Avenidas Beira-Parque	b1	Extensão da Avenida Bento Munhoz da Rocha	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
				b2	Implantação de avenida beira-parque do Rio d'Areia	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
				b3	Implantação de avenida beira-parque do Rio Vermelho	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
				b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
2	2a	Novas Centralidades	a1	Definição de novo perímetro urbano	Secretaria de Planejamento			
			a2	Fortalecimento da centralidade São Cristóvão	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
			a3	Fortalecimento da centralidade Conjuntos	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
			a4	Fortalecimento da centralidade Zona Sul	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
	2b	Mobilidade Urbana	b1	Remodelação da Avenida Bento Munhoz da Rocha	Secr. de Transportes e Serviços Públicos			
			b2	Remodelação do eixo viário paralelo à ferrovia	Secr. de Transportes e Serviços Públicos			
			b3	Remodelação da Avenida Paula Freitas	Secr. de Transportes e Serviços Públicos			
			b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba	Secr. de Transportes e Serviços Públicos			
			b5	Nova ponte sobre o Rio Iguaçu	Secr. de Transportes e Serviços Públicos			
			b6	Ampliação do sistema de transporte alternativo	Secr. de Transportes e Serviços Públicos			
			b7	Contorno Rodoviário Leste (Porto União - São Cristóvão)	Secr. de Transportes e Serviços Públicos			
	2c	Incentivo às Operações Urbanas	c1	Operação Urbana Rio Iguaçu	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
			c2	Operação Indústrias Urbanas	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
			c3	Operação Urbana Aeroporto	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
			c4	Operação Urbana Rio Vermelho	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
	2d	Nova Política Habitacional	d1	Relocação e regularização fundiária	Cia. Municipal de Habitação e Desenvolvimento			
			d2	Habitação social disseminada	Cia. Municipal de Habitação e Desenvolvimento			
	3	3a	Saneamento Básico Urbano	a1	Ampliação da rede de esgoto	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
				a2	Tratamento de todo o esgoto coletado	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente		
		3b	Pavimentação de Vias Locais	b1	Sistema rotativo de pavimentação urbana	Secr. Transporte e Serviços Públicos		
b2				Nova lei de parcelamentos urbanos	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente			
3c		Infraestrutura e Equipamento Urbano	c1	Universalização da iluminação pública	Secr. Transporte e Serviços Públicos			
			c2	Acessibilidade total do transporte coletivo	Secr. Transporte e Serviços Públicos			
			c3	Racionalização espacial do sistema de educação	Secr. de Educação			
			c4	Universalização da educação infantil	Secr. de Educação			
			c5	Descentralização do equipamento cultural	Secr. de Educação			
			c6	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico	Fundação Cultural			
			c7	Universalização do Programa de Saúde da Família	Secr. Saúde			
			c8	Disseminação do equipamento de esporte e lazer	Secr. Educação (Depto Esportes)			
			c9	Implantação de feiras livres nos bairros	Secr. Agricultura e Secr. Ind., Com e Turismo			

Matriz de verificação da efetivação do PAI - PDM União da Vitória 2012							
Eixo	Projeto	Ação	Coordenação	Pertinência			
				Sim	Não		
4	Economia Urbana	4a Incentivo à Indústria	a1 Parques industriais generalistas de alto impacto	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo			
			a2 Parques industriais generalistas de baixo impacto	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo			
			a3 Parques industriais de alto impacto do APL da Madeira	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo			
			a4 Parques industriais de baixo impacto do APL da Madeira	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo			
			a5 Parques de atacadistas e transportadoras	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo			
	4b Incentivo ao Comércio	b1 Centros comerciais lineares disseminados	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo				
		b2 Centro comercial ao redor do centro tradicional	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo				
		b3 Centralidades comerciais dos bairros	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo				
	4c Fortalecimento do Polo Regional Prestador de Serviços	c1 Valorização do centro histórico e cultural	Secr. de Transportes e Serviços Públicos				
		c2 Equipamento para prestação de serviços culturais	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo				
	5	Desenvolvimento Vocacionado da Economia	5a	a1 Incentivo à silvicultura familiar	Secr. de Agricultura		
			a2 Incentivo à agricultura orgânica	Secr. de Agricultura			
a3 Resgate da produção faxinalense			Secr. de Agricultura				
a4 Incentivo à aquicultura			Secr. de Agricultura				
5b Apoio ao Turismo Rural		b1 Rota das Cachoeiras	Secr. Agricultura e Ind., Com e Turismo				
		b2 Rota dos Imigrantes	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente				
5c Estradas Rurais de Qualidade		c1 Caminhos da Produção	Secr. Transportes e Serviços Públicos				
		c2 Caminhos do Turismo	Secr. Transportes e Serviços Públicos				
5d Qualidade de Vida na Zona Rural		d1 Sistemas rurais de abastecimento de água	Secr. Transportes e Serviços Públicos				
		d2 Centro Social Rural na Serra da Esperança	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente				
6	Ações complementares	6a Instrumentos de Gestão Urbana	a1 Criação de Instituto de Planejamento	Gabinete do Prefeito			
			a2 Recadastramento periódico / Avaliação imediata	Secr. Finanças			
			a3 Cadastro Único Multifinalitário	Secr. Assistência Social			
Total		17	59				

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

ANEXO 2: MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DO PAI - PDM UNIÃO DA VITÓRIA 2012 - EIXO 1 - CONVÍVIO SUSTENTÁVEL COM O RIO

EIXO 1 - Convívio Sustentável com o Rio													
Projeto	Ação	Indicadores de desempenho - Até 2013				Indicadores de desempenho - Até 2018							
		E	N/E	A	%	E	N/E	A	%				
1a	Parques Beira-Rio	a1	Aquisição de áreas ribeirinhas	Adquiridos 30 hectares no Rio Iguazu					Adquiridos mais 10 hectares (no Rio d'Areia)				
				Adquiridos 15 hectares no Rio Vermelho					Adquiridos mais 5 hectares no Rio Vermelho				
				Adquiridos 15 hectares no Rio Guabiroba					Adquiridos mais 5 hectares no R Guabiroba				
	a2	Concessão de parques para entidades	Projetados 20 hectares de parques públicos					Projetados mais 5 hectares de parques públicos					
			Instalados 7,5 hectares					Instalados mais 17,5 hectares					
1b	Avenidas Beira-Parque	b1	Extensão da Avenida Bento Munhoz da Rocha	Projetos concluídos desde 2010					Adquiridos mais 4 ha para relocação				
				Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas					Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1km da origem				
				12 ha para relocação adquiridos e indenizados									
		b2	Implantação de avenida beira-parque do Rio d'Areia	Projetos concluídos desde 2011					Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1km da origem				
				Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas									
				9 ha para relocação adquiridos e indenizados									
	b3	Implantação de avenida beira-parque do Rio Vermelho	Projetos concluídos desde 2012					Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1km da origem					
			Adquiridas as áreas da avenida e beira-rio										
			Relocadas ao menos 30 casas										
	b4	Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba	Projetos concluídos					Assentadas todas as famílias deslocadas, a não mais de 1km da origem					
			Áreas para a avenida adquiridas e indenizadas										
			13 ha para relocação adquiridos e indenizados										

E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

ANEXO 3: MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DO PAI - PDM UNIÃO DA VITÓRIA 2012 - EIXO 2 - UNIÃO POLINUCLEADA
EIXO 2 - União Polinucleada

Projeto	Ação	Indicadores de desempenho - Até 2013	Status				Indicadores de desempenho - Até 2018	Status								
			E	N/E	A	%		E	N/E	A	%					
2a	Novas Centralidades	a1 Definição de novo perímetro urbano	Perímetro redefinido já em 2009													
			Eventos de divulgação ocorridos até fins de 2009													
		a2 Fortalecimento da centralidade São Cristóvão	Áreas para equipamento público adquiridas													
			Subprefeitura construída, funcionando													
			Espaço cívico em uso pela população													
		a3 Fortalecimento da centralidade Conjuntos	Adquiridas as áreas para o centro da macrozona									Edificada e em funcionamento a Subprefeitura				
												Em uso pela população a praça cívica (envolvida em parque)				
		a4 Fortalecimento da centralidade Zona Sul										Adquiridas todas as áreas necessárias				
												Construída a Subprefeitura				
												Edificação e Praça Cívica em torno em uso				
		2b	Mobilidade Urbana	b1 Remodelação da Avenida Bento Munhoz da Rocha									Avenida inteiramente remodelada e prolongada até			
							Ciclovia em uso desde a Ponte Machado da Costa									
							Previsão de canaleta ou faixa p/ transp. coletivo									
b2 Remodelação do eixo viário paralelo à ferrovia								Eixo viário inteiramente remodelado								
								Ciclovia em uso desde a Ponte Machado da Costa								
								Previsão de canaleta ou faixa p/ transp. coletivo								
b3 Remodelação da Avenida Paula Freitas								Avenida inteiramente remodelada								
								Ciclovia em uso desde a Ponte Machado da Costa								
								Previsão de canaleta para transporte coletivo								
b4 Implantação de avenida beira-parque do Rio Guabiroba								Eixo viário inteiramente remodelado								
								Previsão de canaleta ou faixa p/ transp. coletivo								
b5 Nova ponte sobre o Rio Iguaçu							Nova ponte totalmente em tráfego,									
b6 Ampliação do sistema de transporte alternativo	Plano e projetos técnicos realizados							Implantada rede de 10km de ciclovias								
				Iniciado bicicletário do Terminal Central				40 bicicletários pontuais (empresas, escolas, etc.)								
b7 Contorno Rodoviário Leste (Porto União - São Cristóvão)						Novo contorno em tráfego (P. União à BR-153)										
2c	Incentivo às Operações Urbanas	c1 Operação Urbana Rio Iguaçu	Realizados / divulgados pelo menos dois estudos					Realizados / divulgados cinco estudos de OUC								
			Pelo menos uma OUC em implantação					Pelo menos três OUC em implantação								
		c2 Operação Indústrias Urbanas	Realizados / divulgados três estudos de OUC					3 operações urbanas consorciadas concluídas								
			3 operações urbanas consorciadas em execução													
		c3 Operação Urbana Aeroporto	Estudos econômicos e técnicos realizados													
			Implantada a OUC													
			Infra e equipamento urbano instalados no local													
		c4 Operação Urbana Rio Vermelho						Realizados estudo econômico e estudo urbanístico.								
								Organizados eventos de atração de interessados								

EIXO 2 - União Polinucleada

Projeto	Ação	Indicadores de desempenho - Até 2013	Status				Indicadores de desempenho - Até 2018	Status			
			E	N/E	A	%		E	N/E	A	%
2d	d1	Relocação e regularização fundiária	PLHIS elaborado em 2009				Produzidas mais 200 moradias (com subsídio)				
			Regularizadas até 500 ocupações irregulares								
			Produzidas pelo menos 200 moradias (subsídio)								
	d2	Habitação social disseminada	PLHIS elaborado em 2009				Estoque de lotes da CIHAB acima de 50 lotes				
			Estoque de lotes da CIAHAB acima de 20 lotes				Produção própria à velocidade de 40 casas/ano				
			Produzidas pelo menos 60 casas+ 60 apartamentos				Produção própria à velocidade de 40 aptos/ano				

E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

ANEXO 4: MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DO PAI - PDM UNIÃO DA VITÓRIA 2012 - EIXO 3 - QUALIDADE DE VIDA URBANA

EIXO 3 - Qualidade de Vida Urbana																	
Projeto	Ação	Indicadores de desempenho - Até 2013				Status				Indicadores de desempenho - Até 2018				Status			
		E	N/E	A	%	E	N/E	A	%	E	N/E	A	%				
3a	Saneamento Básico Urbano	a1	Ampliação da rede de esgoto		Elaborado PMGRH já em 2009					Ampliada a rede para comprimento total de 210 km (incluso os 63 km atuais), chegando a 90% da malha de ruas com esgoto sanitário							
					Corrigidos problemas da rede atual até 2012												
					Ampliada a rede de coleta em 80 km												
	a2	Tratamento de todo o esgoto coletado		Corrigido esgoto in-natura no Conjunto Bento (2009)						Conjunto total formado de 6 ETEs inclusive uma para resíduos industriais (São Gabriel)							
						Corrigidos problemas da ETE São Bernardo											
						Mais uma ETE em funcionamento						Tratado 100% do esgoto coletado (coletado 90% do esgoto gerado)					
3b	Pavimentação de Vias Locais	b1	Sistema rotativo de pavimentação urbana		Criado o "capital inicial" para pelo menos 8 km/ano					Ter pavimentado pelo menos 60 km							
					Ao final de 2013, ter pavimentado pelo menos 27 km												
	b2	Nova lei de parcelamentos urbanos		Realizados três estudos preliminares													
						Realizados cinco eventos de divulgação											
3c	Infraestrutura e Equipamento Urbano	c1	Universalização da iluminação pública		Nenhuma rua do sistema viário oficial sem I.P.												
					Terminal central adaptado para acessibilidade							Chegar a 100% dos pontos de ônibus acessíveis					
		c2	Acessibilidade total do transporte coletivo		25% dos pontos de ônibus acessíveis												
							Adquiridos 5 hectares em terrenos em vários locais										
		c3	Racionalização espacial do sistema de educação		Ampliados/reformados 400m ² de edif. escolares												
							Adquiridos terrenos num total de 5 hectares					Concluídos os 5 CMEIs centrais e os 7 dos bairros					
		c4	Universalização da educação infantil		Construídos 3 CMEIs centrais e iniciado o 4o.												
							Construídos e equipados os 3 CC de centros de macrozona e mais 2 minicentros culturais					Construídos e equipados mais 18 mini centros					
		c5	Descentralização do equipamento cultural		Criado o Conselho												
							Realizado o Inventário					Realizadas mais dez intervenções (uma cada ano)					
		c6	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico		Realizadas sete intervenções												
					Instalados mais 4 distritos de saúde da família					Instalados mais 2 PSF (cobertura de 100%)							
c7	Universalização do Programa de Saúde da Família		Iniciado o primeiro Centro de Especialidades														
					Três novas praças, construídas e equipadas					Mais duas novas praças, construídas e equipadas							
c8	Disseminação do equipamento de esporte e lazer		Duas novas quadras cobertas														
					Três novas quadras cobertas												
c9	Implantação de feiras livres nos bairros		Implantada a feira central, devidamente equipada						Implantadas as feiras Conjuntos e Zona Sul								
					Implantada feira S Cristóvão, devidamente equipada						Em funcionamento o sistema móvel de feiras-parque						

E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

ANEXO 5: MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DO PAI - PDM UNIÃO DA VITÓRIA 2012 - EIXO 4 - ECONOMIA URBANA

EIXO 4 - Economia Urbana													
Projeto	Ação	Indicadores de desempenho - Até 2013	Status				Indicadores de desempenho - Até 2018	Status					
			E	N/E	A	%		E	N/E	A	%		
4a	Incentivo à Indústria	a1 Parques industriais generalistas de alto impacto	Implantado um parque de 60 hectares					Implantado o segundo parque de 60 hectares					
			Iniciada aquisição da área de outro, com 60 hectares					Geração de 1.000 a 1.200 empregos					
		a2 Parques industriais generalistas de baixo impacto	Implantado um parque de 40 hectares (32 empresas)					Implantado o segundo parque: mais 40 empresas					
			Prontas as edificações de apoio aos funcionários					Gerados 1.500 a 2.500 empregos					
		a3 Parques industriais de alto impacto do APL da Madeira	Implantado o parque, com 40 hectares (1a etapa)					Aumentada a área para 80 hectares					
			Construídos 15% das edificações de apoio					Concluídas as edificações de apoio					
		a4 Parques industriais de baixo impacto do APL da Madeira	Concluído primeiro Parque de Indústrias Leves da Madeira, com 25 hectares, 40 firmas e 600 empregos					Concluídos mais dois Parques de Indústrias Leves da Madeira, com 50 hectares e até 80 firmas.					
								Gerados 1.500 a 2.500 empregos					
		a5 Parques de atacadistas e transportadoras	Concluído e em uso o primeiro parque atacadista Área de 25 hectares totais, 16 grandes lotes 600ml de ruas asfaltadas e guarita					Instalações duplicadas.					
		4b	Incentivo ao Comércio	b1 Centros comerciais lineares disseminados	6 centros comerciais em funcionamento					10 centros comerciais em funcionamento			
					Espaço para 30 a 35 lojas					Espaço para 50 a 60 lojas			
										Gerados 300a 500 empregos			
				b2 Centro comercial ao redor do centro tradicional	Concluídos e em utilização dois centros comerciais especializados de periferia de centro, c/ 400m ² cada					Concluídos e em utilização cinco centros comerciais especializados de periferia de centro c/ 400 m ² cada			
								Gerados 300 a 500 empregos					
b3 Centralidades comerciais dos bairros	Concluído o CC São Cristóvão (1.000m ² , 25 lojas)							Concluídos e em uso três CC de 1.000 m ² cada					
	Adquirido terreno e iniciado e CC Conjuntos							75 lojas sediadas nos CC bairros					
								Gerados 300 a 500 empregos					
4c	Fortalecimento do Polo Regional Prestador de Serviços			c1 Valorização do centro histórico e cultural	Centro de União da Vitória transformado em local atrativo p/turistas e clientes do comércio sofisticado								
		c2 Equipamento para prestação de serviços culturais					Ter, no centro de União da Vitória, três minicentros de prestação de serviços sofisticados						

E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

ANEXO 6: MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DO PAI - PDM UNIÃO DA VITÓRIA 2012 - EIXO 5 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EIXO 5 - Desenvolvimento Rural Sustentável																			
Projeto	Ação	Indicadores de desempenho - Até 2013				Status				Indicadores de desempenho - Até 2018				Status					
		E	N/E	A	%	E	N/E	A	%	E	N/E	A	%	E	N/E	A	%		
5a	Desenvolvimento Vocacionado da Economia	a1	Incentivo à silvicultura familiar	40 pequenos silvicultores integrados ao programa								80 pequenos silvicultores integrados ao programa							
				2 ha de silvicultura cada um								Média aumentada para 3 ha cada um							
		a2	Incentivo à agricultura orgânica	20 pequenos agricultores agregados ao programa								Mais 20 pequenos agricultores agregados							
				Central Embalagens em funcionamento								Em funcionamento uma mini-indústria							
		a3	Resgate da produção faxinalense	20 ou mais faxinalenses agregados ao programa								30 ou mais faxinalenses agregados ao programa							
				Plantel > 10.000 aves e > 500 suínos								Plantel > 30.000 aves e > 1.500 suínos							
										Abatedouro em pleno funcionamento									
		a4	Incentivo à aquicultura	15 tanques recuperados								40 propriedades integradas ao programa							
15 tanques novos								Frigorífico em pleno funcionamento											
5b	Apoio ao Turismo Rural	b1	Rota das Cachoeiras	Plano pronto e 8 projetos concluídos															
				6 parques instalados e em funcionamento								15 parques instalados e em funcionamento							
		b2	Rota dos Imigrantes	Plano concluído								Concluídos 10 projetos							
				Concluídos 4 projetos de conjuntos								Em funcionamento 10 conjuntos							
				Instalados 2 conjuntos., mais um em implantação															
5c	Estradas Rurais de Qualidade	c1	Caminhos da Produção	Recuperada a estrada asfaltada do Rio Vermelho								Adaptados os 16 km da via estrada marginal direita							
		c2	Caminhos do Turismo	Estrada até Encruzilhada de Porto Almeida transformada em secundária (base compactada)								Estrada até Encruzilhada de Porto Almeida pavimentada (pedras irregulares)							
5d	Qualidade de Vida na Zona Rural	d1	Sistemas rurais de abastecimento de água	Quatro novos microssistemas em funcionamento															
				(Pinhalão, Guaíra, Rio dos Banhados e Barreiros)															
		d2	Centro Social Rural na Serra da Esperança	Em funcionamento Centro Social Rural servindo à população da Serra.															

E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

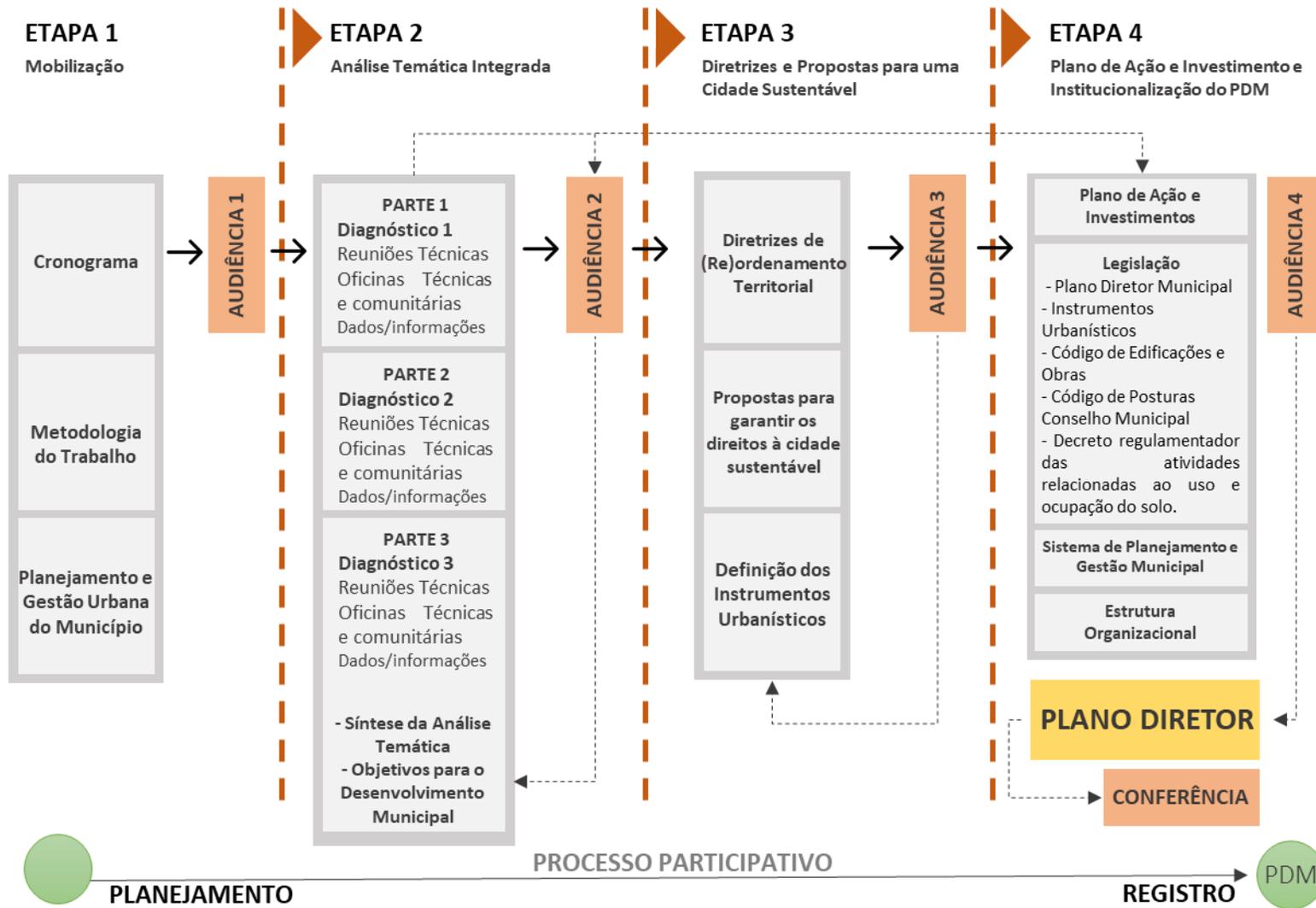
ANEXO 7: MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DA EFETIVAÇÃO DO PAI - PDM UNIÃO DA VITÓRIA 2012 - EIXO 6 - AÇÕES COMPLEMENTARES

EIXO 6 - Ações complementares									
Projeto		Ação		Indicadores de desempenho - Até 2013		Status			
						E	N/E	A	%
6a	Instrumentos de Gestão Urbana	a1	Criação de Instituto de Planejamento	Instituto (IPPUV) em pleno funcionamento					
		a2	Recadastramento periódico / Avaliação imediata	Sistema de avaliação imediata funcional desde 2010					
				Recadastramentos permanentes bienais					
a3	Cadastro Único Multifinalitário	Sistema de atualização anual do CadÚnico em funcionamento desde 2009							

E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.

ANEXO 8: FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES



Fonte: Elaborado por TESE Tecnologia, 2020.



ANEXO 9: QUESTIONÁRIO DA CONSULTA PÚBLICA DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA

Consulta Pública - Revisão do Plano Diretor de União da Vitória

Contribua com suas ideias para a construção do Plano Diretor Municipal de União da Vitória

***Obrigatório**

Em qual bairro de União da Vitória você mora? *

Escolher ▼

Sua escolaridade *

Escolher ▼

Renda Familiar *

- Até 1 Salário Mínimo
- 1 a 3 Salários Mínimos
- 3 a 6 Salários Mínimos
- 6 a 10 Salários Mínimos
- Acima de 10 Salários Mínimos

Principal Atividade Profissional que Exerce *

- Comércio
- Indústria
- Prestação de Serviços
- Do Lar
- Serviço Público
- Estudante
- Outro: _____

Já sofreu algum desastre ambiental onde reside? *

- Alagamento (Problema de Drenagem)
- Inundação/enchente (transbordamento de rio)
- Enxurrada
- Deslizamento
- Queimada
- Nenhum



Pontos Fortes da área onde reside *

- Atendimento Escolar
- Atendimento de Saúde
- Segurança
- Áreas verdes e de lazer
- Equipamentos Culturais
- Atendimento por Comércio
- Pavimentação
- Transporte Público
- Atendimento por Rede de Esgoto
- Limpeza Pública
- Outro: _____

Pontos fracos (deficiências) da área onde reside *

- Atendimento Escolar
- Atendimento de Saúde
- Segurança
- Áreas verdes e de lazer
- Equipamentos Culturais
- Atendimento por Comércio
- Pavimentação
- Transporte Público
- Atendimento por Rede de Esgoto
- Limpeza Pública
- Outro: _____

Você conhece o zoneamento atual de sua cidade? *

- Sim
- Não

Se sim na resposta anterior, tem alguma observação a fazer?

Sua resposta _____

Como você vê UNIÃO DA VITÓRIA daqui a 10 anos? *

Sua resposta _____



Em sua opinião o que deveria ser feito para melhorar a cidade em termos de planejamento?

Sua resposta

Enviar

Elaboração: Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda.



Prof.ª Drª Mirna Cortopassi Lobo
Diretora Geral